

PEDRO GARCIA ROSADO

O mestre do *thriller* português

Morte NA ARENA

As investigações de Gabriel Ponte

AVISO
CENAS CHOCANTES



TOPSELLER

«O combatente pega na bola de picos. Gabriel ouve os gritos da assistência: "Mata! Mata!" As duas esferas de aço abatem-se sobre a cabeça e o corpo do seu opositor.»

PEDRO GARCIA
ROSADO

Morte NA ARENA



TOPSELLER

livros que se devoram

«Estes frades são manhosos, astutos, e compreende-se, pois conhecem os nossos pecados e os próprios, e quem não tem a prática de lidar com eles pode enganar-se e não os saber levar segundo a intenção desejada.»

— Maquiavel, *A Mandrágora*
(Ed. Estampa, 1970, trad. de Carmen González)

PRÓLOGO

Ninguém está interessado em vestígios de gotas de sangue na calçada à portuguesa de uma rua de Lisboa onde, ao sábado, nada acontece. É um dia vazio de trânsito e de transeuntes e as quatro pessoas que moram nessa rua não andam a olhar para o chão. Só o fazem para não tropeçarem nas pedras desniveladas ou para evitarem pisar qualquer porcaria.

São dois agentes da PSP, numa patrulha a pé que é quase um passeio por uma zona mais recuada do Chiado, que reparam nas gotas avermelhadas e no seu padrão: salpicos que começam na beira do passeio e que parecem conduzir a uma porta fechada de um prédio que não mostra sinais de estar habitado, nem nas janelas fechadas da fachada nem na varanda do último piso, com vasos de plantas secas.

Os dois agentes ficam indecisos. Foi alguém que se cortou, ou que caiu e se feriu, que foi agredido. E não há muito tempo. Pode ter sido um animal, um cão ou um gato. Ou pode não ser sangue, mas antes tinta ou vinho.

Mais perto da porta, no entanto, há qualquer coisa de diferente. Além de duas ou três gotas, mesmo por baixo da soleira há uma mancha mais extensa que parece da mesma cor. Como se fosse líquido derramado. Sangue, claro, que é o que os dois

polícias insistem em pensar. Já viram muitas gotas de sangue e têm sempre o mesmo padrão.

Um dos agentes tira um papel do bolso e enfia-o pela soleira. Quando o retira, o papel vem pegajoso. O líquido é de um vermelho quase acastanhado e dele emana o tradicional cheiro a cobre associado ao sangue. O segundo agente examina a porta — é de madeira envelhecida, sem maçaneta por fora. Tem uma fechadura antiga. E não se abre com uma simples pressão.

Os dois polícias entreolham-se.

— Avisa para a esquadra — diz o primeiro, recuando dois passos. Levanta a perna e apoia a bota pesada na fechadura.

— Era melhor esperarmos... — ainda objeta o outro.

— Não! — exclama o primeiro, apoiando toda a sua força e todo o seu peso na fechadura.

A madeira cede, a fechadura solta-se e a porta fica escancarada.

À frente deles está um corredor que dá para uma escada estreita. De cima vem uma claridade difusa, talvez de uma clara-boia. À esquerda há uma porta aberta e, no chão, está uma mão aberta, e imóvel.

O tom de voz do polícia que está em comunicação com a esquadra altera-se. Torna-se mais urgente. O outro avança cautelosamente, tentando não pisar as manchas e os salpicos que consegue distinguir no chão poeirento.

À porta, junto à mão, respira fundo. E depois, finalmente consciente da mistura ofensiva de cheiros, tapa o nariz.

A divisão onde se encontra é iluminada por raios de luz do dia que são filtrados pelas persianas quase fechadas. A uma parede está encostado um divã, com cobertores revoltos.

O polícia olha para o que está espalhado pelo chão e que enche toda a pequena sala.

São quatro homens vestidos com roupas escuras, desalinhas, que parecem ter sido largados ao acaso, como se fossem sacos de lixo. Estão mortos, não há dúvida. Há sangue debaixo

dos corpos. Um dos cadáveres tem a garganta cortada de um lado ao outro. É como uma boca aberta numa gargalhada paralisada, que contrasta com a expressão de medo que lhe ficou nos olhos esbugalhados.

— Já aí vêm — diz o outro agente. Para de repente. Já viu tudo. — Porra! — exclama, abalado.

O polícia que foi o primeiro a entrar recua para a porta. É agora que olha com mais atenção para o braço e para a mão que ficou parada no chão do corredor. O braço está completo. Foi separado do corpo pelo ombro e o corte não devia ter sido fácil de fazer. Há uma ponta de osso, escurecido, que sobressai na zona do corte.

O agente da PSP levanta a cabeça e olha de novo para os cadáveres. Aproxima-se deles outra vez e, puxando-os apenas por um canto da roupa com dois dedos, examina-os um a um. São quatro homens. E, no conjunto, têm oito braços e oito mãos.

A mão e o braço não são de nenhum deles e até parece que estão a querer fugir das más companhias que ficaram na sala.

01

(QUARTA-FEIRA)

«Estou em estado de graça.»

Gabriel Ponte

Gabriel Ponte examina mais uma vez, meticulosamente, o que espalhou por cima da cama, ao lado do saco de viagem.

Preparou uma calça, também de ganga mas mais velha e mais confortável. E uma t-shirt e uma camisola para substituir as que vai levar. É natural que a roupa que agora veste fique a cheirar a fritos ou a comida ou que apanhe alguma nódoa. Levará os ténis reforçados que ficam sempre bem com calças de ganga e o mesmo blusão de cabedal, com as mesmas luvas e o mesmo cachecol. Junta à bagagem o estojo de casa de banho e o livro que comprou mais recentemente. Será útil para a viagem de autocarro, de ida e volta, na manhã seguinte.

Ainda pensa em meter um chapéu de chuva no saco de viagem mas decide que não vai precisar dele. O mês de novembro não tem estado chuvoso e não vai andar muito ao ar livre.

Transporta o saco de viagem para o carro e depois volta a casa, para fechar as janelas e as portas, a da cozinha que dá para o pátio das traseiras e a da frente. Ainda se detém na varanda da sala no primeiro andar, a olhar para o mar ao fundo, para lá da praia da Foz do Arelho e do rochedo da margem sul da lagoa, a que

chamam Gronho. As correntes que vêm do Atlântico parecem mais fortes e as ondas mais altas.

O inverno instalou-se definitivamente.

Mete-se no pequeno jipe, abre o portão com o telecomando e sai. Espera que o portão se feche e põe-se a caminho.

Como sempre faz nestas circunstâncias, Gabriel estaciona o jipe nas Caldas da Rainha e apanha o autocarro que, numa hora, o põe em Lisboa. Do terminal rodoviário desce de metro à Baixa, a caminho da residencial onde pernoita sempre nessa noite. Dá um passeio a pé pela Baixa, talvez vá até à Praça do Comércio ver o rio ou se sente em algum café que esteja aberto. E às sete e meia avançará para o restaurante.

Ano após ano, é o que tem feito na segunda quarta-feira de novembro. Não falhou um único encontro enquanto trabalhava na Polícia Judiciária nem depois quando, há sete anos e reformado por invalidez, se exilou na antiga casa de férias da família na Foz do Arelho.

O jantar anual com o seu amigo Jorge sobreviveu a tudo: às irregularidades da vida profissional, às exigências familiares de ambos e à complexa desagregação do casamento de Gabriel. Jorge parece ter sido sempre mais estável, emocionalmente. Mas a sua atividade também não o obrigava, nem obriga, a falar com tanta gente. Nem com jornalistas tão interessantes como aquela por quem Gabriel se apaixonou.

Instalado no autocarro, Gabriel ainda faz uma tentativa para ler mas depois encosta a cabeça para trás e fecha os olhos.

Não tem de guiar, não tem de estar atento à viagem pela auto-estrada, pode descontraí-lo ao ponto de se deixar adormecer. Tem andado a dormir mal, ressentindo-se da solidão. Depois de viver durante alguns anos na companhia de uma cadela que nunca o largava, sente agora que lhe falta qualquer coisa. Sente-se mais liberto para ir a Lisboa e para se ausentar durante períodos mais alargados mas também sabe que, no regresso, se recordará

de tudo o que aconteceu e que essa lembrança o porá mais triste. A casa está demasiado vazia.

Antes de adormecer, ainda pensa que talvez devesse aproveitar a deslocação para estar com os dois filhos. Mas nunca sabe o que há de dizer-lhes quando os encontra. E esses encontros já são muito raros. Como costuma acontecer, desculpa-se perante a sua própria consciência com mais uma justificação que, como todas, considera apropriada: vai a Lisboa com um único objetivo — jantar com o Jorge — e não procurará encontrar-se com mais ninguém, nem com os filhos, nem com qualquer outro amigo de tempos passados nem, tão pouco, com Filomena Coutinho, em quem tem pensado ultimamente.

A sua conduta de mau pai está justificada. Não tem tempo, é isso. Em paz consigo próprio, Gabriel deixa-se adormecer.

2

As autópsias e as perícias iniciais estão terminadas e as identificações confirmadas. A inspetora-coordenadora Patrícia Ponte gosta de ter certezas mas, nesta situação, preferia não as ter. Fica tudo mais complicado do que já é. Muito mais complicado do que previra ao chegar à cena do crime.

Tivera a esperança de que a informação da PSP pecasse por excesso, como às vezes acontece. Mas, neste caso, a informação foi rigorosa: quatro homens mortos e um braço e uma mão a mais, tudo fechado numa sala do rés do chão de um prédio desabitado na Rua das Flores. Uma tragédia inexplicável.

Dos quatro mortos, três pertencem ao Corpo de Intervenção da PSP e um ao Grupo de Intervenção de Operações Especiais da GNR. Estavam vestidos com roupas térmicas, quase todas iguais, e botas regulamentares. Sem armas e sem documentos de identificação. O facto de os quatro estarem em aparente boa forma física, como se fossem militares, levava Patrícia, como titular

da investigação, a enviar as fotografias e as impressões digitais à PSP e à GNR e depois ao Estado-Maior-General das Forças Armadas. A identificação fora rápida. Com exceção de um dos agentes do Corpo de Intervenção, que estava de férias, a ausência dos outros três já estava a suscitar alguma inquietação entre as respetivas chefias.

As causas da morte dos quatro são tão claras como a sua identificação. Um deles morrera com a garganta cortada de um lado ao outro, degolado da esquerda para a direita num golpe preciso e com uma lâmina de gume muito afiado. Devia ter sido apanhado por trás e não teve tempo, ou não conseguiu, defender-se. Outro tinha ferimentos nos antebraços e nas mãos, feitos também por um instrumento cortante. Teria tentado defender-se ao ser atacado, aparentemente. Mas as duas feridas no peito, uma delas no coração, revelavam que o esforço fora vão. O terceiro fora agredido na cabeça com um instrumento pesado e com algumas arestas. Talvez fosse uma pedra. O lado direito da cabeça e a orelha e o olho do mesmo lado estavam destruídos. É possível que lhe tivessem entrado no cérebro fragmentos de osso. E o último revelava uma ferida na base do crânio, feita com um instrumento cortante e com tal ímpeto que deixara à mostra algumas vértebras, partidas sob o impacto dos golpes. Nas palmas das mãos e na testa havia arranhões com o mesmo tipo de detritos e de poeira, sugerindo que o homem podia ter caído de borco e ter sido depois imobilizado contra o solo enquanto lhe abriam o buraco na nuca.

Como é que tudo acontecera? As explicações ensaiadas por Patrícia deparam-se sempre com o mesmo obstáculo — uma sala vazia, à exceção de um divã. E sangue no chão e no corredor, a formar uma espécie de rasto até à porta, que continuava (ou que teria começado) no passeio. Mas não o sangue todo que teria sido derramado se todos eles ali tivessem sido mortos.

Essa é uma das duas conclusões mais consensuais: os quatro homens teriam morrido noutro local e quase ao mesmo tempo.

Atacados de uma maneira tão violenta e tão arrasadora que, apesar do treino de combate que possuíam, tombaram como vítimas indefesas. Um confronto dessa natureza teria deixado marcas e a sala, à exceção do divã que parecia ter alguma utilização, não mostrava vestígios de qualquer perturbação. Além disso, nenhum dos quatro moradores que pareciam ser os únicos habitantes da rua reparara em qualquer agitação no exterior. Os corpos teriam tido de ser transportados em contentores que não revelassem o seu conteúdo e por mais do que uma pessoa. Se fosse só uma pessoa a levar os corpos para o interior, demoraria muito tempo e daria muito nas vistas.

Se os quatro cadáveres já são um problema, o braço e a mão são outro. Os dedos pequenos, um pouco mirrados, pareciam ser os de uma criança. Mas não são. As impressões digitais revelam que pertenciam a uma rapariga de dezasseis anos, desaparecida sete meses antes. E o exame dos tecidos permitiu estabelecer uma primeira data para a morte: junho. Há cinco meses, portanto. A rapariga era filha do secretário-geral do PCP e o processo mantinha-se quase confidencial, a pedido da família e por vantagem da investigação. E vazio de conclusões. Agora ganha uma nova dimensão.

3

O restaurante, junto à Praça da Figueira, é confortável. O proprietário e a cozinheira, marido e mulher, são ambos de ascendência galega e sabem acolher bem os clientes, esmerando-se nos pratos e no aprovisionamento da garrafeira. Durante o dia estão cheios, invadidos por uma correnteza de clientes habituais que trabalham em vários locais da Baixa, por visitantes ocasionais e por turistas. À noite recebem com mais calma quem os visita e acolhem tertúlias informais. Gabriel é quem lhes telefona sempre, ao aproximar-se a data, e costuma chegar antes de Jorge.

Antes de chegar a hora de ir para o restaurante, dedicou o seu tempo a passear pela Baixa. Assistiu ao encerramento dos estabelecimentos comerciais e dos cafés e ao esvaziamento das ruas mais percorridas pelos turistas perto da Praça do Comércio. Até as luzes da iluminação pública pareceram perder intensidade.

Foi até ao Chiado, onde viu que ainda havia mais vida do que na velha Baixa. Desceu à beira do Tejo e meteu-se pelas ruas estreitas onde se acumula o lixo do fim do dia dentro e fora dos caixotes e os prédios desabitados ganham maior visibilidade, quando as ruas se esvaziam e as luzes das montras se apagam. E reparou nos novos habitantes noturnos das ruas escurecidas: os sem-abrigo com as suas casas de cartão. Vindos sabe-se lá de onde, e em maior número. Como se fossem mortos-vivos.

Quando entra no restaurante, Jorge ainda não chegou. É natural. Jorge vem sempre diretamente da Calçada da Ajuda, onde está aquartelado o Corpo de Intervenção da PSP, a que pertence. O proprietário reconhece Gabriel e cumprimenta-o efusivamente, encaminhando-o para uma mesa de canto. A ementa e a lista dos vinhos já lá se encontram. Durante dez minutos falam de comida e de vinhos até o proprietário se retirar para ir acolher outros clientes.

E depois Gabriel fica à espera.



Num dos primeiros jantares que teve com Jorge já depois de estar casado, Gabriel chegou a casa, deixou-se afundar no sofá da sala e ficou a olhar para Patrícia sem, na realidade, a ver. E à pergunta de Patrícia respondera: «Estou em estado de graça.» Os dois amigos tinham comido e bebido demais. Mesmo demais.

A expressão serviu-lhe para caracterizar sempre os encontros com Jorge. Falavam das suas recordações, do que acontecera

nos doze meses anteriores, das surpresas agradáveis e desagradáveis da vida e respeitavam os silêncios mútuos. Jorge nunca lhe pergantara o que estivera na origem da sua reforma prematura da PJ, ao pressentir que Gabriel não se sentiria à vontade para falar no assunto. E Gabriel nunca lhe tinha dado explicações. A amizade deles era assim. Convidava a um estado de graça sem maus humores nem indisposições

Mas desta vez Gabriel sai do restaurante indisposto e mal-humorado. Jorge não apareceu. Nem disse nada.

Gabriel ficou à espera. Telefonou-lhe várias vezes para o telemóvel, que estava desligado. Não quis telefonar-lhe para casa, por começar a ser tarde. Ficou sem saber o que havia de fazer. Comeu. E bebeu. Demais. E esperou. Até à hora de fecho do restaurante. «É a vida», dissera-lhe o proprietário do restaurante, explicação universal que oferecia para todos os problemas numa frase quase cantada em que *vida* soava a *bida*.

Depois regressa à residencial, por entre as ruas escuras, alheio aos movimentos dos habitantes das sombras, aos olhares que o seguem. Para na receção para recolher a chave e resmunga ao empregado. Conhecem-se desde o tempo em que, normalmente à hora do almoço, Gabriel e Filomena aí se acolhiam. É um homem conversador mas desta vez Gabriel ignora-o, irritado, já a caminho do quarto e da cama, onde espera afogar a preocupação pela ausência do amigo ou a humilhação por ter ficado assim abandonado. Ou as duas coisas, que depois se fundem num sentimento confuso de inquietação que, ao contrário do que espera, não o deixará dormir. E que o fará sentir-se ainda mais só do que já se sentia.

02

(QUINTA-FEIRA)

«O Jorge não me contava os pormenores das missões dele.

Eram coisas secretas.

Não podia contar, não era?»

Maria João Orta

O homem, formalmente vestido e com um bigode cuidado, observa a mulher de braços abertos que se lhe oferece, quase encostada a ele. A figura feminina mostra-se embevecida, ciente da atração que nele exerce, de seios nus bem altivos, o manto a descer-lhe do umbigo. O homem ampara-a, parece simultaneamente desejá-la e ficar embaraçado por a ter assim quase aos seus pés. Esculpida em pedra por António Teixeira Lopes há mais de cem anos, a representação lisboeta de Eça de Queirós e da «verdade» já sofreu profanações diversas. Mas a desta noite é diferente.

Diante da estátua vão-se juntando transeuntes. Felizmente que não se atrevem a pisar o relvado sujo e mal cuidado porque a cena do crime ficaria contaminada e os vestígios que poderiam dar origem a provas poderiam desaparecer. A PSP, alertada para o movimento no Largo Barão de Quintela, chega pouco depois com dois agentes num carro. A luz da iluminação pública é débil e só de perto é que se percebe melhor o que aconteceu.

Um dos agentes lembra-se do que ouvira dizer sobre a descoberta dos quatro cadáveres num prédio ali perto. Ouviu-o da boca de um dos colegas que tinham entrado na cena

do crime: havia um braço além dos quatro corpos. Já não se sabia se o braço encontrado nesse local era esquerdo ou direito.

Agora, se o quisesse tirar a limpo, também não o poderia fazer porque os dois colegas não estavam ao serviço. Um foi entretanto transferido para outra esquadra e o outro entrou de férias.

Por isso, o polícia é parco na informação que transmite para a esquadra, limitando-se a dizer que da mão direita da figura feminina pende um braço sem corpo. Preso por uma corda, escurecido e de dedos mirrados, a oscilar ao sabor da brisa noturna.

2

Gabriel acorda, respira fundo e volta-se de lado. Adormeceu de costas e tem uma dor de cabeça que começa na nuca e que depois se espalha pela cabeça e pelo resto do corpo. É a ressaca que se instala, deixando-o sempre mal. Fê-lo dormir um sono sem sonhos depois de dar várias voltas na cama mas não lhe garantiu tranquilidade ou paz de espírito.

Gabriel conhecera Jorge numa das suas primeiras investigações. Um vendaval de violência com algumas mortes a tiro pelo meio, num bairro degradado dos subúrbios de Lisboa, unira os esforços da PJ e da PSP e terminara num confronto a tiro entre os polícias e um grupo de traficantes de droga. Gabriel e Jorge haviam participado nessa pequena batalha campal e mantiveram-se depois em contacto, já com Jorge transferido para o Corpo de Intervenção e Gabriel a somar êxitos na sua carreira de inspetor. Jorge convidara-o para o seu casamento com uma enfermeira de olhos bonitos chamada Maria João e para o batizado da filha, e Gabriel para o casamento com a sua colega Patrícia e para os batizados dos dois filhos. E nunca, em tantos anos, Jorge desaparecera desta maneira.

Sem se levantar da cama, e sem vontade nenhuma de o fazer, Gabriel deita a mão ao telemóvel que deixou na mesa de cabeceira. Não tem mensagens nem chamadas por atender.

São oito e meia. As persianas da janela do quarto não ficaram bem fechadas e a claridade acordou-o, apesar de a manhã estar obviamente escura.

Prime a tecla verde e vê o número do telemóvel de Jorge. Tentou telefonar-lhe cinco vezes, na noite anterior. Agora só tenta mais uma e o telemóvel continua desligado.

Na lista de contactos procura o número do telefone de casa. Pode ligar-lhe para o Corpo de Intervenção, claro, mas... Jorge pode estar doente, ou ausente por qualquer motivo que não lhe explicarão por telefone. E se lhe perguntarem quem é, o que é que responderá? «Um amigo»? Ou deve identificar-se como Gabriel Ponte, ex-inspetor da Judiciária? Ou mesmo só como Gabriel Ponte? Não, não quer manter contactos com as autoridades policiais.

Gabriel fecha os olhos. Telefonará para casa dele, claro. É a única coisa que pode fazer. Mas mais tarde. Depois abre os olhos. Mais dúvidas: quem é que lhe atenderá o telefone? A filha de Jorge? A mulher? E se depois, mais tarde, não estiver ninguém?

Senta-se na cama. A ausência e o silêncio de Jorge parecem-lhe estranhos. A cabeça pesa-lhe, como se só tivesse pedras no interior do crânio. Pigarreia várias vezes, a tentar arranjar uma voz que não seja de sono. E depois telefona para casa do amigo.

A voz feminina que atende o telefone é-lhe desconhecida. Parece vagamente a de Maria João, com quem falara algumas vezes. Talvez seja a da filha, que terá doze ou catorze anos. Ou então é de outra mulher. Gabriel franze o sobrolho, surpreendido: Jorge já não tem a mesma mulher e não lho dissera. São coisas que acontecem. Também não se encontravam há um ano e a troca de e-mails, o último dos quais enviado por Jorge na sexta-feira anterior, não dava grande margem para anúncios dessa natureza: *Troquei de mulher...*? Não, não seria nada típico do Jorge. E, além disso, o relacionamento entre ele e Maria João parecia não ter falhas. Mas talvez tivesse. Não era o que diziam do casamento dele com Patrícia? Nem sabe o que há de dizer.

— Estou? — pergunta a voz. Sim, talvez seja a voz de Maria João. Mas está obviamente diferente.

Gabriel respira fundo e identifica-se:

— Bom dia, fala Gabriel Ponte. — E depois espera, a ver o que dá.

— Gabriel?! — A voz é de Maria João. Agora já lhe reconhece a voz, mas há nela uma inflexão sombria e um som cavo. Ou um eco. Como se viesse de um buraco negro sem fim.

— É a Maria João? Olá, como vai isso? Estou em Lisboa. Vinha jantar ontem com o Jorge... Mas ele não apareceu e eu gostava de saber se... — E para.

Para e cala-se porque Maria João está a dizer-lhe qualquer coisa. São palavras que de início nem fazem sentido. E que Gabriel demora a compreender:

— ... Morreu. Gabriel, mataram-no!



Gabriel olha para o espelho da casa de banho, apoiando as mãos de dedos fortes na borda do lavatório. Fez a barba, depois de um banho muito prolongado, mas a impressão que agora tem é de que a sua aparência piorou.

Os olhos ainda estão inchados e o rosto parece mais gordo. E talvez seja por isso que parece ter menos cabelo. Não parece ter quarenta e quatro anos mas cinquenta e quatro. Ou mais. Deve ter sido do que comeu e bebeu na véspera. Às vezes, mesmo sozinho, ainda se permite algumas liberalidades gastronómicas, mas tenta poupar-se. Sente a barriga mais pesada e os braços, compridos e possantes como os de um gorila, parecem estar a perder músculo. Tem de recuperar a forma física que já tivera mas ainda não arranjou coragem para o fazer. Nem necessidade, sequer. O estado de reformado a que foi remetido pela sua saída negociada da PJ não está a fazer-lhe bem ao físico.

Depois veste-se. No início do seu trabalho como inspetor chegara a manter um blazer de um azul muito escuro à mão para não aparecer com cores mais vivas aos familiares dos mortos. A preocupação esfumou-se com o passar dos anos. Mas agora gostava de poder vestir uma roupa mais escura e outras calças que não fossem de ganga para ir visitar Maria João Orta.

Aliás, do que gostava era de não ter de ir a casa dela. O que ela lhe pudesse ter dito pelo telefone seria suficiente e depois teria de vir ao funeral. O problema é que a viúva do seu velho amigo não lhe dissera mais nada. Nem quando ele lhe perguntara o que acontecera. «Pelo telefone, não, Gabriel...», respondera ela num apelo angustiado.

3

O pensamento que primeiro lhe ocorre é que falta a cabeça. É uma questão de perspetiva. Uma cabeça e dois braços — é normalmente aquilo que mais notamos, porque queremos ver os olhos do outro e ouvir as palavras que lhe sairão da boca. Os braços ficam normalmente na imagem. Neste caso, os dois braços existem mas a cabeça não.

A inspetora-coordenadora Patrícia Ponte tem dificuldade em deixar de olhar para os dois braços, direito e esquerdo, dispostos lado a lado na mesa metálica. Não gosta de ver cadáveres e pedaços de cadáveres, nem no ambiente frio da morgue, mas há qualquer coisa de fascinante nos dois braços, que parecem tão idênticos.

Um já foi limpo e por isso a pele tem uma aparência mais clara. Sabe-se que pertence à jovem Catarina Lemos. O outro braço chegou de madrugada. Um dos peritos do Instituto de Medicina Legal que entretanto apareceu já lhe disse que o segundo deve pertencer ao mesmo corpo. Patrícia concorda mas... falta a cabeça. Onde é que ela está? Ninguém sabe, claro. Não o sabem os dois inspetores que estão com ela, nem o perito que se mantém junto

aos braços. Só quem largou um deles no prédio da Rua das Flores e o outro na estátua de Eça de Queirós é que pode responder. Se os braços pertencem à mesma pessoa. A seguir, aparecerá o quê? A cabeça? Ou uma perna? O peito? Patrícia pensa, de repente, em frangos e perus trinchados à mesa e leva uma mão à boca, tentando reprimir a náusea que a ameaça.

Lisboa já teve um *serial killer* de pessoas sem-abrigo. Agora pode haver outro que prefere espalhar partes de corpos pela cidade. Será isso?

A inspetora respira fundo. Gosta do que faz e acredita numa promoção ainda antes de chegar aos quarenta anos, e já falta pouco, mas preferia não ter de lidar com cadáveres. Os crimes violentos impressionam-na sempre mas a passagem pela Secção de Homicídios é fundamental para a sua carreira.

Portanto, os braços estão vistos. Não que precisasse de os ir ver ao IML, mas a sua equipa não compreenderia que ela não fosse inteirar-se pessoalmente da situação. Também faz parte do ritual.

Agora tem de enfrentar outro problema, que tem a ver com um dos cadáveres encontrados no local. O problema é pessoal e tem de pensar no que vai fazer, porque os corpos vão começar a ser entregues às famílias, com o pedido de não serem cremados.

O homem da bata branca acena afirmativamente com a cabeça, correspondendo à indicação muda que Patrícia lhe dá, e começa a abrir os gavetões.

O cadáver que quer ver mais de perto encontra-se no terceiro gavetão. Não o reconheceu logo, e foi já à sua secretária, ao rever as identificações dos quatro mortos tornadas possíveis pelas impressões digitais, que conseguiu perceber. Não há lugar a dúvidas: Jorge Orta, de 42 anos, do Corpo de Intervenção da PSP. Degolado.

As fotografias do cadáver que tem na sua pasta, tiradas pela PSP e depois pelos especialistas forenses que analisaram a cena do crime, mostram apenas uma semelhança muito vaga com o homem que ela conheceu por intermédio do ex-marido, talvez

devido ao golpe que lhe rasgou a garganta. Enquanto casais, ela e Gabriel e Jorge e Maria João deram-se pouco. Mas chegaram a encontrar-se algumas vezes e Gabriel mantinha o hábito de se encontrar com Jorge uma vez por ano para jantarem juntos. Normalmente no mês de novembro, tanto quanto se recorda. Ou seja, neste mesmo mês. Como é que ela não se lembrou logo disso? E como é que não o reconheceu? Os mortos já são todos iguais, para ela? Era o que lhe dizia Gabriel, às vezes: «Quando os cadáveres perdem a sua individualidade, acabamos por querer fazer justiça a todo o custo e é nessa altura que também começamos a fazer as asneiras.» Gabriel talvez pudesse ter tido futuro como professor, ou como guia espiritual, se não tivesse sido tão irrefletido.

Vai ter de telefonar-lhe, a dar-lhe a notícia. Já o devia ter feito antes, claro. E ele, se souber que o corpo já tinha sido encontrado há quatro dias e que é ela que dirige a investigação, vai ficar aborrecido com o seu silêncio. Com alguma razão.

Com um gesto, Patrícia indica ao homem da bata branca que pode fechar o gavetão. Depois, para não ter de olhar logo para o inspetor que a acompanha, abre a pasta de cartolina vermelha que levava consigo e volta para junto dos dois braços.

A ficha de Catarina Lemos, a adolescente desaparecida há cinco meses, não dá conta de nenhum sinal particular nos braços ou nas mãos. As impressões digitais do primeiro braço, o esquerdo, tinham permitido a identificação. Agora há que confirmar a identificação do segundo.

Entretanto, já há uma certeza: três dos homens foram mortos com a mesma faca que serviu para separar o primeiro braço do resto do corpo de Catarina Lemos, e o quarto, morto à pedrada, também revela cortes numa mão e num antebraço feitos com a mesma lâmina. Tentou defender-se mas depressa sucumbiu.

A inspetora levanta a cabeça e respira fundo. Os saltos altos fazem-na mais alta e o cabelo escuro e cortado rente ao pescoço emolduram-lhe o rosto moreno, que sobressai mais por

contraste com a camisa branca. Patrícia veste-se sempre formalmente, com calças de fazenda e casaco a condizer. Acredita que a indumentária reforça o seu estatuto e a sua autoridade.

Olha para o inspetor Artur Nascimento, mais velho e mais experiente do que ela, e, com um novo aceno de cabeça, indica-lhe que a expedição terminou e que vão regressar. Patrícia vai ter de dar a notícia ao ex-marido, mas o que mais lhe custa é ser apanhada em falso e ter de lhe pedir desculpa por ainda não lhe ter dito nada.

4

Jorge Orta e Maria João tinham comprado um andar na Ajuda. Jorge já fora nessa altura colocado no Corpo de Intervenção e desse modo ficava a morar perto. Maria João também conseguiu mais tarde um lugar num hospital próximo.

A casa, num prédio com trinta ou quarenta anos, parecia grande naquela altura. Agora parece mais pequena. A penumbra reforça a impressão e transforma as cadeiras e as mesas, que parecem estar a mais, em sombras escuras e Maria João, vestida integralmente de preto, parece mais pequena, mais baixa e mais gorda. Mas os olhos de menina, muito luminosos, continuam irresistíveis.

— Disseram-me que libertavam o corpo hoje — explica, olhando fixamente para Gabriel. O rosto, muito pálido, destaca-se no ambiente sombrio criado pelos cortinados corridos.

Nos momentos iniciais, Gabriel deixou-a chorar e lamentar-se, tentando perceber, por entre as palavras e os soluços, o que acontecera. Mas teve de insistir para conseguir ouvir uma explicação mais coerente:

— Disseram-me que deve ter sido numa luta, talvez com algum gangue. O corpo foi encontrado no sábado, num prédio vazio do Chiado. O Jorge e mais dois colegas da PSP. E mais outro homem. Foi qualquer missão que ele foi fazer. Disseram-me que

precisavam de fazer as autópsias... e essas coisas todas... O Gabriel sabe como é.

— Sei — diz Gabriel, com um aceno de cabeça. E interroga-se: *Uma missão? Um gangue?!*

— Ele disse-me que tinha um trabalho na sexta-feira à noite. Qualquer coisa da Polícia. Às vezes acontecia, fazia parte do trabalho dele. Só voltava na manhã seguinte. Desta vez... não voltou. E eu fiquei *tão* preocupada. E a nossa filha... — Os olhos claros de Maria João voltam a encher-se de lágrimas. — Não esperava... não esperava que...

— Quando é que soube? — atalha Gabriel.

— Um inspetor da PJ telefonou-me na segunda-feira. Deve ter-se metido o fim de semana pelo meio, sei lá. Para nós, foi um martírio... esses dois dias, sem sabermos nada. Mas eu pensei sempre que a missão dele podia ter sido mais demorada. O Jorge não me contava os pormenores das missões dele. Eram coisas secretas. Não podia contar, não era?

— O Jorge continuava no Corpo de Intervenção?

— Claro, claro. Às vezes saíam para operações de segurança, manifestações, coisas dessas. Mas depois havia estes trabalhos à noite. Ele e outros. Missões, é como lhe chamava.

Gabriel tenta manter-se impassível. Conseguiu conter a emoção quando viu, e ouviu, Maria João a chorar. Mas agora a emoção desapareceu, para dar lugar a uma inquietação que o faz querer fugir ao olhar da viúva, levantar-se da cadeira onde se sentou e começar a andar às voltas pela sala. O que a viúva lhe diz não faz sentido.

O Corpo de Intervenção da PSP não tem missões de dois ou três homens, pensa Gabriel. Nem com um elemento da GNR no grupo. Não é um corpo de forças especiais com brigadas para trabalhos noturnos, ou com agentes infiltrados em operações secretas.

Jorge podia ter inventado desculpas dessa natureza para se ausentar, claro. Para poder mentir com maior segurança. Ele próprio o fizera, embora com precauções redobradas para Patrícia

não conseguir verificar a veracidade das diligências que dizia ir fazer, e que o obrigavam a ausentar-se de casa a horas menos vulgares. Jorge podia ter feito o mesmo. Toda a gente o fazia, toda a gente o faz. Maria João, por desconhecer as especificidades do trabalho do marido ou por não querer pôr em dúvida o que ele dizia, acreditara nas *missões* do marido. Perigosas, por definição, porque ele o dizia para se justificar ou porque ela assim o pensava, porque o trabalho dos polícias é por definição sempre perigoso. Missões, e com outros camaradas? Gabriel pensa em bacanais, festas privadas, jogos de azar ilegais... e repreende-se por estar a admitir, sem escrúpulos de consciência, que o seu amigo enganava a mulher. Se alguém lhe ouvisse o raciocínio poderia perguntar-lhe se estaria a basear-se na sua própria experiência.

— Não sei mais nada — continua Maria João. — Mas se o Gabriel conseguisse saber... Eram amigos... Ele combinou ir jantar consigo, não foi?

— Ontem. Não apareceu. Liguei-lhe para o telemóvel. Já era tarde... e não quis ligar para casa.

— Eu estava acordada. Tenho andado a dormir pouco.

Gabriel fica em silêncio. Não sabe o que há de dizer mais.

— Tenho estado sempre à espera dele — torna Maria João. E os olhos enchem-se-lhe de lágrimas.

Gabriel respira fundo. Tantas vezes que falou com pessoas que não conhecia para lhes dar conta da morte de familiares. Fizera-o sempre com uma frieza profissional que não lhe permitia comover-se. Mas agora a situação abala-o. Sente-se comovido. E que pode dizer? Perguntar quando é o funeral? Tem de estar presente. Pode perguntar mais coisas sobre as *missões* de Jorge mas para quê? Talvez haja outras pessoas, camaradas dele, que possam ajudar a esclarecer as circunstâncias da morte. Por outro lado, que pode ele fazer? O que quer que tenha acontecido já deve estar a ser investigado pela PJ e o telefonema que Maria João recebeu é um sinal disso. Gabriel não tem ninguém a quem

possa ir fazer perguntas sobre uma investigação em curso, à exceção de Patrícia. Mas que pode ela dizer-lhe?

— E a vossa filha? — pergunta, alertado por um ruído noutra parte da casa.

— Saiu para ir para a escola porque dizia que assim já não se lembrava tanto do pai. Mas depois voltou para casa e foi chorar para o quarto. Não sei o que hei de fazer. Nem o que devo dizer-lhe.

Gabriel lembra-se do aspeto mas não do nome — uma rapariga alta e sardenta, de cabelos compridos, com os mesmos olhos límpidos da mãe.

— Gostava de saber quando será o funeral — diz Gabriel. — Eu já não moro em Lisboa. Mas queria estar presente.

— Eu sei. O Jorge disse-me. Agora mora lá para as Caldas, não é? Saiu da Polícia, não foi?

— Mais ou menos. Posso telefonar-lhe depois, Maria João? E deixar-lhe o meu número, se precisar de alguma coisa?

— Claro. Quer um café?

Gabriel levanta-se e diz que não. Chegou a altura de se ir embora. Não tem mais nada que possa perguntar ou dizer.

Maria João levanta-se também.

— Se lhe puder pedir uma coisa... — murmura. Mas depois o telefone começa a tocar.

É um som metálico que parece espalhar-se pela casa toda. Não é um telemóvel mas o telefone fixo. A viúva atende-o com gestos vagarosos.

Gabriel vai até à janela e abre um pouco os cortinados. A rua é sossegada, quase sem comércio, numa zona de habitação. Ouve fragmentos do que diz Maria João: «Sim»... «Como está?»... «Agradeço»... «Claro, agradeço muito»... «O Gabriel está aqui»...

Gabriel volta-se. Maria João olha para ele, com o telefone na mão.

— É a Patrícia — diz-lhe ela. — A sua mulher... Ou ex-mulher, não é?

Gabriel diz-lhe que sim, no meio de um resmungo. *Patrícia... Mas porquê?*

— Quer falar com ele, Patrícia? — pergunta Maria João. — Não? Agradeço o que me diz...

— Deixe-me falar com ela! — grita-lhe Gabriel.

Maria João passa-lhe o telefone. É pequeno como um telemóvel.

— Patrícia! — exclama Gabriel. — Sou eu.

Do outro lado Patrícia suspira, aborrecida. Mas não surpreendida. Era natural que Gabriel acabasse por ir a casa de Jorge. E talvez seja melhor assim. Fica com o assunto já despachado.

— Olá, Gabriel — diz Patrícia. — Já deves ter sabido, portanto. Lamento o que aconteceu ao Jorge.

— Ia jantar com ele ontem. O nosso jantar habitual. Se tivesse sabido... não teria passado a noite à espera.

— Pois, foi chato. E é uma tragédia.

— Mas tu sabias, Patrícia.

— Só soube depois. — *Depois de quando?*, interroga-se a própria Patrícia, surpreendida com a desculpa. Não é uma mentira completa. As de Gabriel tinham sido piores.

— E quando soubeste... o que foi que soubeste? — pergunta Gabriel. — A Maria João não sabe quase nada e eu e o Jorge éramos amigos.

— Eu sei que eram.

— Fizeste bem em telefonar à Maria João. Mas...

— Sim?

— Disseram-lhe que foi uma luta com um gangue. E ele tinha dito à Maria João que estava numa... *missão*?! — Gabriel olha pelo canto de olho para a viúva. Não vale a pena estar a inquietá-la mais. — O teu colega que lhe deu a informação só lhe telefonou na segunda-feira. Na segunda-feira! E hoje é quinta-feira. Nem uma visita lhe fizeram, Patrícia. E o Jorge era polícia! E tu conhecias o Jorge. Vieste a casa dele e da Maria João!

— As famílias foram contactadas assim que confirmaram as identidades dos mortos. O caso é complexo, havia várias coisas a ponderar. E eu telefonei agora, Gabriel.

— Eu quero saber...

— Não, Gabriel. Agora não. E pelo telefone é que não.

— Portanto, podemos falar, Patrícia?

— Estamos a falar, Gabriel.

— *Pessoalmente.*

— Eu não posso dar-te informações...

Gabriel olha para Maria João. A viúva não tira os olhos dele.

— Podes — insiste Gabriel, baixando o tom de voz.

— De momento, não posso dizer mais nada, Gabriel. Sabes como é.

— Quem é que é o titular do processo, Patrícia?

A inspetora-coordenadora cala-se. *Nunca foste boa a mentir*, pensa Gabriel. Nisso Gabriel sempre lhe levou vantagem. Se Patrícia não fosse a titular, di-lo-ia sem problemas. De outro modo não ficaria assim calada. É ela que dirige a investigação e por isso há de saber mais do que diz.

— Portanto, és mesmo *tu*, Patrícia, não és? — continua Gabriel, falando mais baixo, a ouvir a exclamação de surpresa de Maria João, que também pode ter compreendido o que implica o silêncio de Patrícia.

— Já te disse que não vou falar disto ao telefone, Gabriel — defende-se a ex-mulher.

— Então vou eu ter contigo. Falamos pessoalmente. E já.

— Eu não posso...

— Daqui a meia hora estou aí.

— Mas não tenho tempo...

— Pergunto por ti na receção ou preferes que nos encontremos fora daí?

Patrícia diz-lhe onde é que vai ter com ele.



A pastelaria fica numa rua lateral perto da Polícia Judiciária, nas Picoas, e é pouco frequentada pelo pessoal da PJ. Patrícia já lá se encontra, com uma chávena de café frio à frente, quando Gabriel chega. A inspetora parece nervosa. Gabriel não a vê há meses mas nota-lhe um fulgor no rosto que lhe provoca um aperto no coração. Se ele parece ter envelhecido, Patrícia quase parece mais nova, mais longe ainda dos quarenta. Fica a olhar para ela, quase a estender a mão para a cumprimentar, mas Patrícia nem se mexe. Já lhe fez saber por várias vezes, desde a separação, que não quer beijos dele.

— Portanto, Patrícia — diz-lhe, sentando-se. — Queres contar-me o que se passa?

— Não sei porque é que havia de o fazer.

— É preciso repetir tudo? Que um dos homens mortos era meu amigo? E que nós nos demos com ele, e com a mulher dele, quando ainda éramos casados?

Patrícia abana a cabeça.

— Gabriel, há pormenores que não posso contar-te — começa.

— Ótimo — replica Gabriel. — Já é um avanço. Isso significa que há outros pormenores que, esses sim, podes contar-me.

— Mas só porque eras amigo dele. — Patrícia faz uma pausa, como se não tivesse a certeza do que vai dizer. — E tu até podes ter conhecimento de alguma coisa que possa ser útil para esta investigação. Tenho de considerar essa possibilidade.

— Eu?! Só o via uma vez por ano. Mas pronto, é uma boa justificação para o que possas contar-me.

Patrícia cala-se.

— Se quiseres, até podes ouvir-me como testemunha — torna Gabriel, com um sorriso sarcástico. Nem sabe se há de sentir-se irritado ou divertido. Ou preocupado: o simples facto de Patrícia sugerir que o contributo dele pode ser útil, mesmo que seja só para justificar a sua eventual indiscrição, sugere que ela sabe

pouco. — Vamos começar pelo princípio, Patrícia? Portanto, quem é que é o titular do processo?

— A titular. Sou eu, Gabriel. Mas já tinhas chegado a essa conclusão, não tinhas?

— Já. E o que estamos aqui a fazer é uma conversa informal, certo?

— Obviamente. — Patrícia endireita-se, como se quisesse aumentar a distância relativamente ao ex-marido.

Gabriel observa-a, por instantes. Há uma mudança na sua ex-mulher, nos olhos, na atitude. Sete anos depois, já não a consegue interpretar com tanta facilidade.

— Quais foram as circunstâncias da morte dele? — pergunta. — Deles, melhor dito.

— O Jorge Orta foi encontrado com mais três homens num prédio desabitado na Rua das Flores, ao Chiado. Ele e mais dois eram da PSP e o quarto era da GNR, do Grupo de Intervenção de Operações Especiais. Foram mortos à facada. Um deles também apresentava cortes mas o atacante, ou atacantes, esmagou-lhe a cabeça com uma pedra. Devem ter lutado.

— Numa luta? É daí que vem a história de poder haver um gangue envolvido?

— Pois. — Patrícia encolhe os ombros. — Parecem ter morrido mais ou menos ao mesmo tempo. Quatro homens, todos eles quadros policiais bem treinados. Só podia ter sido num confronto físico, não é?

— E isso aconteceu na sexta-feira? De sexta para sábado?

Patrícia acena afirmativamente com a cabeça.

Gabriel passa as mãos pelo cabelo, observando-a.

— Portanto, há aí um problema, Patrícia — começa. — E tu percebes qual é. — O tom de voz muda. É como se voltassem aos dias em que os dois conversavam sobre as investigações que tinham a cargo. — Os agentes do Corpo de Intervenção da PSP não fazem missões noturnas que parecem missões secretas, ou clandestinas, como o Jorge terá dito à Maria João para justificar a sua ausência.

Que não foi a primeira, porque ele já costumava ausentar-se com essa desculpa. O que ele andava a fazer não era nada de oficial. E para envolver outros colegas... Tudo é possível, como calculas: prazer ou negócios. A explicação para o que aconteceu está aí.

— Às vezes, há agentes das forças policiais que são convidados para trabalharem como seguranças, em *part-time*, e que são pagos por debaixo da mesa — diz Patrícia. — Pode ter sido o caso.

— Num prédio devoluto?

Patrícia não responde.

— Já sabem quando é que morreram?

— Nesse dia, umas horas antes de serem encontrados.

— E no mesmo local?

Patrícia abana lentamente a cabeça antes de responder:

— Talvez não.

— Já começaram a falar com colegas deles, Patrícia? E com os chefes? Ainda não foram falar com as famílias, pois não?

— É tudo muito complexo. — Patrícia desvia os olhos, como se quisesse pôr termo à conversa.

— Disseste que foram mortos à facada. Que tipo de faca?

Patrícia olha para o café em que não tocou. Depois respira fundo.

— A faca ainda não foi encontrada — responde. — Mas já sabemos que a lâmina corta bem e que deve medir uns quinze centímetros. Foram atingidos em várias partes do corpo, com um golpe ou dois, sempre com uma precisão mortífera. E praticamente ao mesmo tempo. É o que nos leva a pensar que tenha sido um confronto físico.

— Por um único agressor, capaz de os atingir aos quatro sem resistência e de lhes infligir golpes mortais?

— Eu sei que é estranho. Temos consciência disse. E antes de falarmos com as famílias teremos de falar com os superiores deles.

— Não deve ser fácil, pois não?

— Não.

— Todos eles estavam identificados?

— Não. Não havia nada com eles a não ser algemas de plástico, das descartáveis, nos bolsos. Só descobrimos as identidades pelas impressões digitais. Foi como se tivessem sido roubados. De tudo.

Gabriel recebe a informação com alguma surpresa. Mas há mais perguntas que quer fazer:

— Não havia mais vestígios no prédio?

— Não. Desabitado, a precisar de obras, com um proprietário completamente desinteressado que só o quer vender e que mora no Algarve. Era lá que ele se encontrava no fim de semana.

— Já foram ver as contas bancárias deles? E o património? Pensa no caso do Jorge: se fazia isso várias vezes, como a Maria João me disse, os outros também o podiam fazer. Estariam a ser pagos? Porque a alternativa é tratar-se de outro tipo de atividade. Jogo clandestino, por exemplo. De qualquer modo, as contas bancárias podem ser reveladoras.

— Eu sei. Mas não posso dizer-te mais. É tudo muito delicado, por envolver a PSP e a GNR. — Patrícia levanta-se. Não o quer ter a observá-la. Não lhe falou no caso de Catarina Lemos e nos dois braços que apareceram e que pertencem à rapariga. Nem do interesse que o diretor mostrou ter pelo assunto. — Tenho de ir. Queres que te diga alguma coisa, depois? Vieste a Lisboa só para jantar com ele, não foi?

— Vim ontem. Vou voltar para casa. Não estou aqui a fazer nada.

— Podias aproveitar para estares com os teus filhos.

Gabriel ergue as sobranceiras.

— Estou em falta, eu sei — replica. — Mas a esta hora devem estar na escola, não? E eu tenho mesmo de voltar para as Caldas. Mas se quiseres dizer-me alguma coisa, agradeço-te muito.

Patrícia põe as correias da mala ao ombro e alisa as calças, ajeitando depois o casaco, suavemente.

— Mas isto vai ser demorado — declara. — Não esperes por notícias em breve. — Olha para Gabriel, que a fita de sobrolho franzido. — Ias dizer alguma coisa?

— Como é que morreu o Jorge? Especificamente.

— Degolado — responde Patrícia, desviando o olhar. — Um golpe de um lado ao outro, feito com grande precisão. Deve ter sido atacado pelas costas. Tinha sangue na roupa mas deve ter... sangrado noutro sítio,

Gabriel respira fundo, e diz-lhe:

— Talvez venha ao funeral.

— Podes aproveitar para veres os teus filhos.

Gabriel regressa ao mesmo assunto:

— É hoje que libertam o corpo?

— Sim, é o que está previsto — responde Patrícia. Ainda esboça um movimento com a mão direita, como se fosse oferecer-lhe um aperto de mão. Mas cumprimentar o ex-marido dessa maneira sempre lhe pareceu estranho. Baixa a mão. — Adeus, Gabriel.

O ex-marido fica a vê-la afastar-se, contemplando-lhe a silhueta, aborrecido consigo próprio por não lhe ter feito a pergunta que agora percebe que gostaria de ter-lhe feito, sobre o seu estado físico. De qualquer modo, o assunto já não lhe diz respeito.

5

Gabriel regressa à residencial, descendo a pé das Picoas à Baixa.

Apetece-lhe ficar em Lisboa, tentar saber mais sobre o que se passou, encontrar-se com os filhos para poder voltar a falar com Patrícia, esperar pelo funeral, eventualmente falar com Filomena Coutinho. Encarregada dos casos de polícia no *Notícias da Manhã*, a jornalista (com quem reatou o contacto há poucos meses) pode saber mais coisas. E se não souber... ele até lhe pode dar algumas pistas. Filomena poderia depois obter mais informações. Gabriel ainda compra o jornal, folheando por entre as notícias de crimes,

assaltos, escândalos políticos e opiniões que não tem interesse em ler. Não há nada, claro. Se os corpos foram encontrados há quatro dias, já devem ter dado a notícia nessa altura e só voltarão ao assunto se houver algum elemento novo.

Na receção da residencial encontra de novo o mesmo homem, que olha para ele com um ar desconfiado. Não era ele que estava ao balcão quando Gabriel saíra de manhã, para ir a casa de Jorge Orta, e a quem dissera que ficaria mais um dia.

— Afinal não fico para amanhã — diz-lhe Gabriel. — Vou-me embora agora.

O homem olha para ele, agora contrariado. Gabriel tem vontade de perguntar-lhe se tem de pagar pela noite em que afinal já não ficará. São quase três da tarde. Magnânimo, o homem diz-lhe que só tem a pagar a noite anterior. Gabriel agradece-lhe com o sorriso reconhecido dos velhos clientes.



A disposição costuma melhorar à medida que Lisboa vai ficando para trás. Vinte, trinta, cinquenta quilómetros, os campos que se podem ver de um lado e do outro da autoestrada, o céu por vezes azul mas desta vez de um cinzento mais carregado.

Hoje, no entanto, o que Gabriel traz consigo, e cada vez mais pesada, é a sensação de ter sido derrotado. Não regressa em estado de graça mas a sentir-se mergulhado numa desgraça sombria, a caminho de uma casa vazia.

03

(SEXTA-FEIRA)

«Já passou tanto tempo que até podemos chegar a uma situação em que não podemos fazer outra coisa senão arquivar este caso.»

Carlos Homem

Catarina Lemos tinha cabelos louros muito finos, que eram considerados uma herança da avó paterna, de ascendência eslava. Agora, os cabelos que ainda lhe restam já perderam a cor dourada e estão reduzidos a filamentos incolores.

O nariz, já de si pequeno, quase desapareceu, arrancado por uma dentada. Sobra-lhe uma orelha, também mirrada e ratada. Os olhos ficaram como estavam quando morreu: muito abertos. Mas o interior das órbitas já foi devorado. Por isso, não vê a paisagem da madrugada de Lisboa — os andares iluminados de alguns prédios, as ameias do castelo ao fundo, os telhados que descem aos socos em direção à Baixa, os candeeiros públicos que ainda têm lâmpadas a funcionar, o Rossio e as luzes do Tejo.

A cabeça dá duas voltas no ar, deixando um farrapo de pele preso a uma ponta de ferro, e depois inicia a sua descida em direção ao pavimento escuro da Rua Áurea.

Só o facto de a cabeça de Catarina já estar muito ressequida é que a impede de explodir quando bate no asfalto.

2

Patrícia olha para cima. Não apenas pela curiosidade quanto ao local de onde foi atirada a cabeça de Catarina Lemos mas porque essa é a maneira de não ter de olhar para a rua, onde ainda se encontra a mancha que ficou do embate.

A cabeça já foi levada e do local desapareceu todo o aparato policial. Entre as quatro e meia e as oito, a Rua do Ouro transformara-se num cenário de confusão. Mas às oito a rua fora reaberta ao trânsito. Quem não soubesse o que se passara nem daria pela mancha no asfalto. Não é esse o caso de Patrícia, parada numa zona da rua ainda isolada pela fita azul e branca e contornada por automóveis e autocarros, cujos ocupantes não percebem o porquê de estarem duas pessoas no meio do trânsito.

Patrícia não chegou a tempo de ver a cabeça — que lhe garantiram ter ressaltado e rebolado depois de bater no chão — mas também não era coisa que desejasse. E mesmo neste momento tem de fazer um esforço para reprimir as náuseas que ameaçam dilacerá-la e abrir-lhe as entranhas, enquanto olha para cima como se procurasse um esclarecimento divino para fundamentar a sua decisão: depois de terminada esta investigação, pedirá para ser transferida. Oito anos a ocupar-se de crimes de morte já é demais. E este caso que agora lhe calhou será suficiente para deixar de si uma boa imagem... se tiver tempo para o conseguir resolver. E se não tiver de enfrentar mais obstáculos.

— A mona caiu ali, bateu uma vez naquele ponto e depois veio parar aqui — diz o inspetor Artur Nascimento, a seu lado. É um dos investigadores em quem Patrícia mais confia. Costumava dar-se com ela e com Gabriel. Mas depois Gabriel foi-se embora. Nascimento, ao contrário de outros, nunca se pronunciou sobre as suspeitas que levaram à reforma antecipada de Gabriel. — E foi atirada de muito alto.

Patrícia acena afirmativamente com a cabeça e volta a olhar para cima. O cruzamento da Rua do Ouro com a pequena Rua de

Santa Justa forma uma intercessão perfeita, de linhas geométricas rigorosas. O pai, arquiteto, gostava de lhe chamar a atenção para as formas perfeitas de algumas ruas.

De frente para o elevador de Santa Justa, e para a plataforma retangular que parece sempre em equilíbrio instável no alto da torre mais estreita que a suporta, Patrícia tem atrás de si as esquinas de dois prédios que não parecem estar habitados.

O da sua direita, de cinco andares, tem uma varanda que contorna o edifício no terceiro andar. O da sua esquerda tem quatro andares e uma mansarda e uma varanda idêntica no quarto andar. Os dois edifícios à sua frente, que ladeiam o elevador, têm quatro andares, o da direita, e, o da esquerda, dois, a que se sobrepõe o que parece ser uma mansarda acrescentada tardiamente. A cabeça pode ter sido atirada de qualquer uma das janelas, ou das varandas ou mesmo de um telhado.

Mas Nascimento tem outra ideia:

— Foi do elevador que a atiraram — garante o inspetor, como se lhe lesse os pensamentos. Às vezes parece que sabe o que lhe vai na cabeça.

Patrícia olha para ele com um trejeito de dúvida. Como é que é possível imaginar que alguém sobe de madrugada ao miradouro existente no topo do elevador, à altura de seis ou sete andares do solo, para atirar uma cabeça cortada para a rua? E com que objetivo? Quatro corpos, os dois braços de Catarina Lemos e agora uma cabeça que lhe disseram parecer ter as feições de uma rapariga... Que puzzle.

— Pode dizer-se que a Catarina... perdeu a cabeça — continua Nascimento.

Patrícia não lhe responde. A brincadeira incomoda-a.

— Alguém pode ter encontrado os restos do corpo dela... — torna o inspetor. — Ou então quem a fez desaparecer também a matou e anda agora a espalhar os bocados. Será uma brincadeira? Ou é o assassino a tentar ser o foco das atenções?

Ainda não chegou a altura de especular, decide Patrícia.

— Se fosse isso, telefonava — replica. — Ou enviava um e-mail. Isto é diferente. Vamos ser realistas? — E, atravessando a rua pelo meio do trânsito em direção aos prédios atrás de si, põe termo à conversa. Pode ser que os dois prédios tenham elevadores.

Mas não têm. Depois de andarem escadas acima e abaixo e de falarem com uma dúzia de pessoas, os dois inspetores obtêm uma resposta praticamente unânime: ninguém viu nada. Não é uma surpresa. Os poucos residentes são pessoas de idade e não viram nem ouviram movimentos nessa noite ou madrugada, os ocupantes dos escritórios só estão no local durante o dia e há uma mulher que mora num rés-do-chão e que faz de porteira e é surda.

Da varanda mais alta, num andar reconstruído de divisões amplas que se mantém para arrendar há muitos meses, o que veem é o rio ao fundo e o elevador de Santa Justa no outro lado da rua.

Com as mãos nos rins, sentindo a dor do esforço a alastrar-lhe das pernas para o resto do corpo, Patrícia deixa-se ficar em silêncio no interior enquanto Nascimento, na varanda, observa a estrutura metálica do elevador de Santa Justa.

À porta do apartamento, a mulher surda que faz de porteira olha pacientemente para eles. E Patrícia tenta lutar contra o desespero que a ameaça — não sabe por onde começar no caso de Catarina Lemos e a investigação relativa aos quatro mortos encontra-se parada, na prática, por decisão do diretor, com quem tem uma reunião marcada à tarde.

Os inspetores que compõem a sua equipa só aguardam as suas indicações para começarem a fazer perguntas às famílias dos quatro mortos e aos seus chefes e amigos.

O que Gabriel lhe dissera era evidente: os quatro homens não tinham ido trabalhar quando na sexta-feira ao fim da tarde disseram aos seus familiares que só regressariam a casa no sábado de manhã. Teriam ido trabalhar ou divertir-se? As roupas que vestiam, camuflados e calças escuras e blusões pretos, pareciam

sugerir qualquer tipo de trabalho mais ligado à atividade deles. As investigações teriam de concentrar-se também no local. E não apenas na Rua das Flores. O Largo Barão de Quintela, onde o segundo braço apareceu pendurado na estátua de Eça de Queirós, fica a meia dúzia de metros do prédio onde o primeiro braço e os cadáveres haviam aparecido.

— Não me parece que tenha sido atirada de algum destes prédios — diz Nascimento, vindo da varanda. — Mas talvez fosse conveniente o nosso pessoal inspecionar os dois prédios. Eu continuo a apostar que foi do elevador de Santa Justa que a atiraram. Vamos lá?

Patrícia respira fundo. Diz que sim mas jura a si própria que não irá até ao topo. Só de pensar nessa hipótese já tem vertigens. Desabituiu-se de ver o mundo de cima depois de trocar o sexto andar em que vivera com Gabriel por um segundo andar de um condomínio privado com uma zona relvada de cujas janelas quase não se veem passeios, carros ou asfalto.

Da Rua do Ouro sobem na cabina do velho elevador até à plataforma que tem uma ligação ao miradouro do elevador e ao Largo do Carmo. A plataforma superior do elevador, que parece pairar sobre a cidade, tem à volta uma estrutura de ferro, talvez para conter eventuais suicidas, e daí vê-se o Rossio, à esquerda, e o rio, à direita. E Patrícia nem precisa de aproximar muito da beira para começar a sentir-se enervada.

Já tinha subido uma vez com o atual marido ao alto da Torre Eiffel, em Paris, e lembra-se da surpresa que foi a visão da malha urbana de Paris e do rio Sena, que lhe pareceram nessa altura um mapa vivo. Como se visse a cidade do céu. Sentiu medo e vertigens e é também o que agora sente, apesar de a altura ser muito menor. Aproximam-se da beira da plataforma e Patrícia é abalada por uma náusea que a faz estremecer. Nascimento não repara. Parece deslumbrado com a paisagem.

— Já não vinha cá desde que era miúdo — diz a Patrícia, que se esforça por fazer um sorriso igualmente maravilhado.

Nascimento percorre a plataforma, por entre os turistas com máquinas fotográficas, e detém-se junto de uma pequena escada de caracol que conduz mesmo ao topo da estrutura do elevador.

— Vamos lá acima? — pergunta, voltando-se.

Patrícia lembra-se da visão retangular do topo do elevador que viu da rua e abana a cabeça, com um sorriso. Reconhece que já chegou o momento de dizer que tem vertigens.

Mas não é necessário. Nascimento sobe os degraus e, na sua ausência, engolindo em seco, Patrícia recua e, com as costas encostadas à parede de ferro, observa os telhados, o rio, o castelo, o Rossio... mas não a rua, em baixo, que já não fica no seu horizonte visual.

— Sentes-te bem? — pergunta-lhe Nascimento, reaparecendo de repente.

Patrícia olha para ele, surpreendida. Aparentemente nem deu pela passagem do tempo.

— Descobriste alguma coisa de interessante? — pergunta ao colega, engolindo em seco.

— Devíamos isolar a área e procurar impressões digitais e outros vestígios.

— Continuas a pensar que a cabeça foi atirada daqui, Nascimento?

— Sim.

— E já pensaste que deve haver impressões digitais de dezenas ou mesmo centenas de pessoas? Mesmo que as conseguíssemos identificar todas, o que é que iríamos fazer? Perguntar a toda a gente que por aqui passou se vieram cá esta madrugada atirar uma cabeça cortada para a rua?

— Temos de tentar — responde Nascimento. E aponta para os ferros retorcidos que enfeitam a cobertura da plataforma no topo das grades de proteção. — Se a cabeça foi atirada daqui, ou mesmo de lá de cima, pode ter ficado qualquer coisa presa nos ferros. Qualquer fragmento, qualquer cabelo... É a nossa única hipótese. Não há câmaras de vídeo, não deve haver pessoas durante a noite. Talvez só os sem-abrigo.

Fantasma, em suma, pensa Patrícia. Os inspetores que os interroguem, se os encontrarem.

— Vamos deslocar para cá uma equipa, como sugeres — diz. — Voltamos para o chão?

3

Filomena Coutinho tem um olho no computador e o outro no televisor colocado num dos pilares da sala da redação do *Notícias da Manhã*. E as imagens que vê fazem-na endireitar-se e ficar a ver, de olhos muito abertos, o vídeo que mostra a cabeça no asfalto.

As imagens são de má qualidade e devem ter sido recolhidas com um telemóvel. Pode ser isso que faz a cabeça ficar mais parecida com a de uma boneca, ligeiramente amachucada, tombada de lado sobre o carril de um elétrico. Também se veem pés em movimento à volta da cabeça.

O apresentador do telejornal diz que as imagens foram captadas por volta das seis e meia da manhã junto ao elevador de Santa Justa antes de a Polícia isolar a área. «Não parece haver dúvidas de que se trata de uma cabeça humana mas também há quem diga tratar-se de uma simples cabeça de boneca e de uma partida mais própria do Dia das Mentiras», acrescenta o apresentador, com ar vagamente divertido.

Desinteressando-se dos comentários dos colegas, Filomena mergulha nas informações que lhe chegaram nessa manhã, procurando as notícias da agência Lusa. Não há nada sobre uma cabeça humana encontrada na Rua do Ouro. Pode ter sido uma simples brincadeira, claro. E ela está bastante ocupada para pensar em brincadeiras. É a única jornalista que se ocupa dos casos de polícia no *Notícias da Manhã* e anda a tentar obter informações sobre um assalto a uma loja na Amadora, na véspera, cujo proprietário foi morto com vários tiros. E isso não é uma brincadeira. É mais um crime e suficientemente grave. E é sobre ele que o seu chefe e o diretor do jornal e os leitores hão de querer saber pormenores.

Filomena pousa os papéis em que tomou alguns apontamentos e olha de novo para o televisor.

A cabeça fora avistada e filmada por dois jovens que estavam a atravessar a Baixa vindos do Bairro Alto, ouvindo-se a voz entusiasmada do que filmara o achado. «Não lhe toquei, meu. Acho que cheirava mal», dissera o rapaz. O outro corroborara as declarações com um «*Iá*, parecia uma múmia» igualmente entusiasmado.

Filomena tenta recordar-se da imagem que viu na televisão. Há qualquer coisa que a cabeça lhe faz lembrar. Ou alguém. Mas não passa dessa impressão. E se a cabeça for verdadeira? Se as autoridades isolaram a área foi por acharem que não era uma brincadeira. E uma cabeça humana pressupõe um corpo, uma mutilação. Alguém há de saber alguma coisa, entre a PSP e a Polícia Municipal, e Filomena tem boas fontes. Se por aí não conseguir obter nada, terá de tentar a PJ. Se não era uma brincadeira, a PJ já terá tomado conta da ocorrência.

Filomena começa pela PSP e passa depois à Polícia Municipal. Telefona a duas fontes e a um porta-voz. Mas de nada lhe serve. Dizem-lhe todos que não têm informações. Filomena conclui que a cabeça é de uma boneca. Ou de um manequim, talvez. Era uma brincadeira, portanto. Fica a pensar se vale a pena telefonar para a PJ. Decide que não.

Uma hora depois, uma das suas fontes na PSP telefona-lhe e diz que na realidade fora encontrada uma cabeça humana na Rua do Ouro e que lhe vai enviar um *link* por correio eletrónico. «Sobre a cabeça», acrescenta.

É um *link* para o YouTube, onde se vê a cabeça filmada de vários ângulos com os olhos mortos e os cabelos muito finos. É uma cabeça feminina e Filomena volta a ter a impressão de que já viu o mesmo rosto em qualquer lado. O vídeo dura pouco menos de dois minutos. O pormenor mais perturbador é o da mancha de líquido em que a cabeça estava pousada.

A jornalista telefona à sua fonte e a sua surpresa cresce ao ouvi-la dizer em tom despreocupado:

— A PJ é que poderá dizer ao certo, claro, mas consta que a cabeça pertence à mesma pessoa cujos braços já foram encontrados.

4

«Eu já tenho um radar para essas coisas. E tu também terás de criar o teu», dissera-lhe Gabriel, no início. Patrícia, de início mais crédula, demorou algum tempo a criar o *radar de altas pressões*, como Gabriel lhe chamava. «Vais ver que, com o tempo, acaba por reagir a ambientes, palavras, sugestões, antecipando as pressões vindas de cima ainda antes de elas se manifestarem. É quase mágico.», explicara-lhe o ex-marido.

Patrícia já lhe deu razão por várias vezes. E a última vez foi quando o diretor nacional da PJ a chamou para, pela primeira vez, falarem do caso dos quatro mortos. Agora o seu radar de altas pressões volta a dar sinal enquanto se encaminha para mais uma reunião com ele.

A inspetora leva algumas informações essenciais. Os dois braços provêm de uma pessoa que já morreu há vários meses e isso significa que Catarina Lemos, que se pensou poder ter fugido ou ser raptada, foi assassinada e nessa altura. O exame dos braços sugere também que o cadáver parece ter sido conservado num ambiente frio e húmido, quase sem luz, sujo e sujeito às investidas de ratos. A zona do pescoço ainda presa à cabeça revelou sinais de estrangulamento. E as mutilações foram feitas com a mesma faca que matou os quatro homens. São elementos que considera essenciais para fazer avançar a investigação conjunta aos dois casos, a que Carlos Homem, o diretor, já mostrou reservas.

Como juiz, Carlos Homem fora visto como um magistrado justicialista, defensor de penas exemplares e de uma justiça dura para todos. Houve quem dissesse que a sua nomeação para diretor da PJ implicara negociações complexas dele com o Governo — o juiz estaria disposto a ser misericordioso num processo com implicações políticas e receberia em troca o cargo.

Patrícia nunca acreditou nesses rumores mas a sua opinião começava agora a vacilar.

«Se não estamos a conseguir nada e vamos lançar suspeitas sobre os nossos camaradas da PSP e da GNR, o melhor é, pelo menos, começar a abrandar», dissera-lhe o diretor, logo de início, comprometendo-se a falar com as respetivas hierarquias. *Mesmo que não o tenha feito*, pensa Patrícia, *chegou o momento de acelerar*.

— E que propõe? — pergunta-lhe o diretor, depois de Patrícia lhe ter feito um resumo da situação.

— É evidente que os dois casos estão ligados — responde Patrícia, olhando para a pasta vermelha que levava consigo e para o papel com as suas notas manuscritas. — Basta que o instrumento cortante utilizado nos quatro homens e para mutilar o cadáver da rapariga tenha sido o mesmo. Tal como o local: o Chiado, agora a Baixa. É aí que temos de começar a procurar respostas. E rapidamente.

O diretor acena com a cabeça, num gesto lento, quase como se receasse que a sua cabeça também pudesse separar-se do seu corpo.

— Há várias coisas que temos de procurar saber — prossegue Patrícia. — Qual foi, e onde estará, a arma do crime, que as autópsias mostram ter sido a mesma? Há pessoas que tenham visto alguma coisa, quer quanto à morte dos quatro homens quer quanto ao transporte dos restos de Catarina Lemos? Temos de começar a procurar dentro de um perímetro que tenha por centro o prédio da Rua das Flores e que abranja todos os prédios vizinhos. E alguém há de ter visto os cadáveres a serem transportados. Não foi um só corpo mas vários. Precisamos por isso de começar a fazer perguntas às pessoas que aí moram e nos escritórios e lojas da zona. Temos de varrer tudo!

O juiz Carlos Homem observa-a, com uma expressão impassível. Era-lhe útil, nos julgamentos, para não deixar ninguém saber o que estava a pensar. Só quem o conhecesse melhor e lhe soubesse

ler a expressão do olhar é que podia ficar a saber mais. Mas Patrícia ainda não o conhece a esse ponto.

— E também teremos de procurar uma cave, ou um frigorífico industrial abandonado, de onde possam ter saído os braços e a cabeça — acrescenta Patrícia. — Poderemos encontrar as restantes partes do corpo e, claro, quem a matou e mutilou. O que resta do cadáver há de estar escondido em qualquer lado. Nessa zona da cidade. — Cala-se, por instante, à espera do que possa dizer o diretor. Mas Carlos Homem ainda se mantém em silêncio. — E se já tem informações dos chefes da PSP e da GNR... também temos de ir por aí.

Patrícia vê-lhe um brilho súbito nos olhos. E a sombra de um sorriso. Antes de poder antecipar o que ele vai dizer, já o diretor lhe responde:

— Por acaso pensou, senhora inspetora, que, com isso, iria pôr a Baixa e o Chiado em estado de sítio?

— Bem, será inevitável, para podermos fazer o nosso trabalho...

— Ou seja, fechar o centro da cidade durante... quanto tempo? E julga que poderia contar com um exército de inspetores para despachar isso em três dias? Com a complacência da Câmara Municipal e da PSP? — O rosto do diretor abre-se num sorriso de simpatia. — A sua ideia é brilhante, e acredito que poderia dar resultado, mas é impraticável. Já imaginou o alarme social que isso provocaria?

— A existência de uma cabeça cortada largada numa rua da Baixa é por si só um motivo de alarme, senhor diretor, e já temos jornalistas a fazer perguntas, o que é natural. — Apetece-lhe perguntar ao diretor: «Então, o que é que propõe que nós façamos?»

— Olhe, para chegarmos a uma situação dessas, que até *pode* ser necessária, precisamos de ter mais elementos — diz o diretor. — Mas, antes disso, é necessário passar em revista o processo da Catarina Lemos, voltar a verificar as circunstâncias e os álibis de quem se dava com ela. E há o problema da família.

Foi possível poupar os pais a essas notícias dos braços mas a história da cabeça já não o permite. Temos de tranquilizar a família e protegê-la das notícias. Eu próprio vou falar com o pai da rapariga e pedir-lhe que venha cá amanhã. Sábado é um bom dia para termos essa conversa porque os jornalistas andam menos ativos. Também pode vir?

— Claro — responde Patrícia, tentando dissimular a contrariedade que sente. Sábado e domingo são dias dedicados à família. Quando pode, evidentemente.

— De qualquer modo — torna o diretor, — e se acha que os dois casos estão ligados, seria importante tentar saber... sei lá, se por exemplo é possível haver algum tipo de relação entre a filha do secretário-geral do PCP e os membros das forças policiais que servem para conter manifestações? Algum desses homens seria comunista, ou sindicalista? Eu ainda não consegui ter respostas da PSP e da GNR e vou ter de insistir. É evidente que não me agrada esta falta de colaboração.

— Enquanto essas informações não chegam, podemos começar nós a falar com os amigos e com os familiares deles? Alguém há de ter qualquer informação sobre o que andavam a fazer.

— É preferível esperar, senhora inspetora. Mas concentre todos os esforços na descoberta do que aconteceu à rapariga. Começámos a investigar há cinco meses e parece que a investigação não correu bem.

— Mas há cinco meses ninguém conseguiu descobrir o que aconteceu — replica Patrícia. — Toda a gente pensou que ela teria fugido.

— Pois, é sempre uma hipótese. Fugiu e quem a matou apanhou-a por acaso? Seja lá como for. Temos de chegar a uma conclusão rápida neste inquérito. Mesmo que seja para o arquivar. Já passou tanto tempo que até podemos chegar a uma situação em que não podemos fazer outra coisa senão arquivar este caso, por não haver elementos novos.

— Fechar este inquérito sem uma conclusão poderá fazer com que aconteça o mesmo ao outro, se estiverem os dois ligados — contrapõe Patrícia.

O diretor arqueia as sobrancelhas e sorri, antes de rematar:

— O nosso trabalho não é só feito de êxitos, pois não?

Patrícia não consegue responder-lhe logo. Não tem o dom da oratória que um magistrado deve ter. E, ao hesitar, expõe-se a uma nova arremetida.

— Que é feito do seu marido?

— Porquê? — Patrícia fica incapaz de dizer mais alguma coisa.

— Não o deixe intervir neste caso — responde o diretor, sem perder o sorriso. — Uma vez chegou, apesar dos bons resultados.

5

O homem alto e esquelético pousa a pasta de plástico em cima da mesa. Abre-a e tira as folhas de papel, alinhando-as lado a lado com gestos lentos. Cinco fotografias, de meio corpo. Mais uma folha com duas fotografias tipo passe. Olha para o outro.

Conhecem-se há tantos anos que quase nem precisam de falar.

— É pouco — diz o outro homem, recostando-se no cadeirão de braços. Respira fundo. Os cheiros da sala, com os seus cadeirões forrados de couro muito usado e as madeiras envernizadas, são agradáveis. — Pode parecer tudo fácil demais. Pode parecer uma encenação. Para verem uma coisa assim, eles vão ao cinema. Ou ficam em casa a ver vídeos. E se não podemos contar com os nossos colaboradores habituais...

— Não podemos. — O homem que trouxe as fotografias senta-se noutro cadeirão. — Depois do que aconteceu, ainda têm de manter um *low profile* por mais alguns dias. Foi também por isso que convidei o Marco. Chegou o momento dele. — Os dois olham para o homem mais novo, alto, muito moreno, de ombros e braços musculosos. Chama-se Marco. Na casa dos trinta anos,

tem a cabeça totalmente rapada, uma pequena pera alourada a despontar no queixo e um nariz abatado. Mantém-se de pé, ligeiramente afastado, à espera, numa atitude respeitosa perante os dois homens, o Magistrado e o Pretor, a quem serve há algum tempo.

O Magistrado passa as mãos pelo rosto, alisa o bigode cuidadosamente e pega nas fotografias. Volta-se para o culturista e pergunta-lhe:

— Sente-se capaz, camarada Marco?

Marco abre as mãos, num protesto mudo. Claro que sim. Já o dissera várias vezes ao Pretor, o homem que se encarrega da seleção do pessoal.

— Claro que estou — responde. — Acho que sempre estive.

— Muito bem. — O Magistrado sorri. — Pronto, vai ser a nossa estrela, camarada Marco.

O Pretor guarda as fotografias na pasta de plástico. É menos expansivo do que o Magistrado mas mais pragmático. É um executor discreto mas eficaz.

— Arranje uma máscara, camarada Marco — acrescenta o Magistrado. — Qualquer uma que queira. Tem esse privilégio. Será a sua identificação para a eternidade.

6

— E é melhor que te sentes, para não caíres de cu...

Filomena Coutinho já se habituou às liberalidades de linguagem e à familiaridade praticada por uma das suas fontes da Judiciária e por isso já não as estranha. As informações, muitas vezes interessantes mas raramente relevantes, são quase sempre precedidas por anúncios gongóricos. De início, pensara que era apenas para aumentar o valor da informação, que ela só poderia pagar com notícias, mas depois percebera que, como se costumava dizer, não era defeito mas feitio. Como agora:

— Porque nem vais acreditar...

— Hmm-hmm. — E Filomena espera. Fizera-lhe uma pergunta simples, com base no que ouvira da PSP. Sempre esperara que a resposta fosse mais simples.

— Sim, além da cabeça apareceram realmente dois braços. E faz tudo parte do mesmo corpo.

— E já há alguma identificação? Se os braços tinham mãos, havia impressões digitais, pelo menos.

— A identificação ficou terminada: é uma rapariga branca de cabelos louros, que desapareceu há cinco meses, com dezasseis anos de idade. Chamava-se Catarina Lemos. — E a sua fonte fica em silêncio, como que a saborear o efeito da revelação.

Filomena até baixa a cabeça para os outros jornalistas não lhe verem a expressão de triunfo. No *Notícias da Manhã*, jornal que já fora «de referência» e que agora se procura afirmar pelas notícias sensacionalistas, ela é uma mais-valia, mas os seus colegas mais antigos não lhe perdoam o protagonismo e os conhecimentos dos assuntos do setor. Tenta por isso ser discreta. Até porque o tempo dos entusiasmos jornalísticos já lá vai.

A sua memória, num tempo em que os jornais deixaram de ter arquivos, é outra mais-valia: Filomena lembra-se bem do caso de Catarina Lemos. As notícias só começaram a sair alguns dias depois do seu desaparecimento.

Catarina era uma rapariga rebelde. Contestava politicamente o pai — Júlio Lemos, secretário-geral do Partido Comunista — mas era militante da Juventude Comunista, revoltava-se contra a mãe que a queria controlar, dava-se com camaradas e amigos muito mais velhos e corriam rumores sobre a sua sexualidade desregrada e até sobre um episódio de toxicodependência. Depois, de um dia para o outro, desapareceu.

A Polícia desconfiou de que pudesse ter sido raptada mas não encontrou vestígios nem suspeitos. A família recusou-se a falar sobre o assunto. Semanas depois, um jornal divulgou a cópia de uma mensagem que parecia ter sido escrita com a sua letra e dirigida ao pai: «Não me procurem». Ninguém acreditou que tivesse

sido ela a autora da mensagem mas o certo é que o processo não avançou e as diligências policiais abrandaram. E depois deixou de ser assunto. Até este momento.

Filomena agradece à sua fonte que, meia hora depois, ainda lhe dá uma informação complementar: quem dirige a investigação é a inspetora-coordenadora Patrícia Ponte.

— Conheces? — pergunta-lhe ainda a fonte — Consta que não gosta de falar com jornalistas.

Filomena suspira. Patrícia Ponte não gosta de falar com jornalistas. E ainda menos com a jornalista Filomena Coutinho.



Patrícia Ponte não lhe atende o telefone, claro. Filomena também não tem o número de telemóvel dela e, mesmo que tivesse, evitaria usá-lo. Por isso é Artur Nascimento que acaba a falar com a jornalista sob o olhar, de sobrolho carregado, da ex-mulher de Gabriel Ponte.

7

Gabriel andou durante todo o dia a pensar em telefonar a Maria João Orta. Quer saber quando é o funeral e já decidiu que estaria presente. Mas, por outro lado, quer manter as distâncias.

Conhece-a mal e também não quer dar-lhe a ideia de que a poderia ajudar. Maria João deve pensar que ele, tendo sido da PJ, pode facilmente arranjar informações sobre a morte do marido. Mas não é o caso. Gabriel transformou-se num renegado e são poucos os colegas que falam com ele. Além disso, a investigação é dirigida por Patrícia e ele já percebeu que a ex-mulher não se mostra muito disponível para conversar com ele sobre o caso. Não há nada que possa fazer.

Mas depois é a viúva que lhe telefona. Maria João diz-lhe que o funeral é no domingo de manhã, para o cemitério da Ajuda,

onde no entanto não há nenhum crematório. Gabriel lembra-se de Jorge ter dito, em qualquer conversa, que preferia ser cremado. E antes que Gabriel possa fazer alguma pergunta, Maria João conta-lhe que recebeu um telefonema de um advogado que lhe quer propor uma indemnização pela morte do marido.

— Da parte de quem? — pergunta Gabriel, surpreso.

— Não disse — responde Maria João. — Ou, se disse, o telefonema foi tão rápido que nem me recordo. Ele vem cá amanhã.

Gabriel interroga-se: uma proposta de indemnização por morte, uma semana depois de ela ter ocorrido e aparentemente espontânea? Não é normal.

— Isso é bom — é o que diz, no entanto, procurando mais um pretexto para tranquilizar Maria João. Se estivesse ao serviço da PSP, a indemnização poderia vir dessa entidade. Mas tão depressa? O Estado nunca age tão depressa. Não assume responsabilidades. Esquiva-se. E há uma investigação em curso. Tem vontade de dizer a Maria João que, se ela quiser, também pode estar presente. Também pensa em avisar Patrícia. Mas para quê? Ele está longe, de mãos atadas. — Nada substitui a pessoa que perdemos, Maria João — acrescenta, — mas uma indemnização pode afastar outras preocupações e permitir que pensemos melhor nessa pessoa. — O que diz soa-lhe mal. Não tem jeito para discursos desta natureza. Mas já teve de fazer tantos, a familiares de vítimas de homicídios.

— É verdade — concorda a viúva. — Eu... às vezes nem sei o que hei de fazer. É preciso pagar a casa e eu ainda não sei se ele tinha algum seguro. Não sei. — Maria João cala-se, por fim, sem felizmente lhe pedir que a ajude.

— Até domingo — despede-se Gabriel, quando a conversa chega ao fim.

Larga o telefone, vai até à janela da varanda das traseiras. O dia chegou ao fim e, ao fundo, o mar é percorrido por ondas escuras de inverno. O rochedo da margem sul da Lagoa de Óbidos, o Gronho, que vê da sua casa na Foz do Arelho, confunde-se

com as nuvens cinzentas, muito baixas. Jorge vai ser enterrado e não cremado. Porquê? De quem teria sido a decisão? É no que fica a pensar, aborrecido consigo próprio pela desconfiança que sente. Já não é polícia, não precisa de pensar que há um segundo sentido em todos os acontecimentos do mundo.

8

Os dois filhos, de treze e quinze anos, estão nos quartos, entretidos nos seus computadores e dispensados dos trabalhos de casa por ser sexta-feira à noite. A pequena Maria, de oito anos, filha do primeiro casamento do atual marido de Patrícia, ficou na sala com o pai a ver televisão. Patrícia, depois de deambular entre a sala de jantar e a cozinha, acabou por ir para a pequena sala que batizaram de escritório. O isolamento deixa-a pensar mais à vontade.

Ainda a incomoda o telefonema recebido do diretor em cima da hora do jantar. O juiz Carlos Homem não escondeu a irritação que sentia ao dizer-lhe, como se a culpa fosse dela, que o pai de Catarina Lemos soubera da descoberta da cabeça antes de o diretor da PJ lhe conseguir telefonar. Pela televisão, ao identificar o rosto deformado da filha e depois, quando um jornal lhe telefonou.

«Qual foi o jornal?», perguntara. «Filomena Coutinho», respondera acintosamente o diretor. Nem precisara de dizer mais nada. Toda a PJ conhece a jornalista do *Notícias da Manhã* e sabe que ela tem boas fontes nas forças policiais. Patrícia ainda hoje pensa que o envolvimento de Gabriel com ela e a morte a tiro do marido da jornalista por um assassino não identificado, que lançou para sempre a suspeita sobre Gabriel, são também do conhecimento de todos, apesar de a reforma praticamente compulsiva de Gabriel ter servido para evitar outros danos que um inspetor perturbado poderia provocar.

— Que se passa? — pergunta o marido, encostando-se à ombreira da porta. Nicolau é alto, louro e sem barriga, de porte

atletico, num contraste absoluto com Gabriel. É médico e trabalha num hospital e numa clínica de que também é diretor, mas tem tempo para Patrícia, para os filhos dela e para a própria filha e, até, para fazer o jantar quando o trabalho de polícia a obriga a chegar mais tarde. Tal como ela, Nicolau lida com a morte. E compreende as angústias e os silêncios que Patrícia se sente obrigada a manter sobre tantos aspetos do seu trabalho, mesmo na intimidade da vida familiar.

A inspetora levanta a cabeça e olha para ele. Hesita antes de responder mas depois desabafa:

— Estes dois casos são mesmo um problema. — E fica a olhar para o marido, como se lhe perguntasse se quer saber pormenores.

— E queres contar alguma coisa? — pergunta Nicolau, com um sorriso.

Patrícia responde de imediato:

— São dois crimes ocorridos em quadros complexos e que estão ligados. E estamos a enfrentar dificuldades... mesmo entre nós.

— Patrícia faz um resumo breve das duas situações. — O diretor quer dar prioridade ao da morte da rapariga. Não me deixa fazer como eu quero. Sinto-me sem tempo e o risco de falhar é grande.

A inspetora olha para Nicolau. Há assuntos que não deve discutir com ele. Com Gabriel era tudo mais fácil, quando levava trabalho e preocupações para casa. Ele conhecia bem as regras da casa.

Nicolau senta-se no sofá, a seu lado.

— Patrícia... — começa. — Se não te sentires em condições arranjamos facilmente um atestado para ficares em casa a descansar. De qualquer modo, o bebé só nascerá em junho ou no princípio de julho. Tens tempo.

— Não, isto vai ser tudo muito demorado. Há tantos procedimentos complexos! E pode ser tudo tão moroso...

— Só se respeitares as regras todas...

— Mas eu tenho de respeitar as regras todas. — Olha para o marido, que fica em silêncio. Não as tinha respeitado com muito rigor, ao pedir ajuda a Gabriel poucos meses antes. — E eu tenho

de ir lá amanhã. De manhã. A uma reunião com o diretor e o pai da vítima.

— Vais estar em minoria...

— É verdade.

— Eu não quero desanimar-te ainda mais. Mas já pensaste que podes ser uma espécie de oferenda? Se falhares, serás o bode expiatório de tudo o que correr mal.

— Eu sei. Mas se correr bem...

— Serás uma heroína. — E Nicolau ri-se.

— Ninguém consegue ser herói, ou heroína, entre nós. Mas ainda posso tentar, claro.

9

— Preciso de um cão. Ou seria preferível uma mulher?

Há pensamentos que quase se tornam realidade quando são pronunciados em voz alta. Em especial se provêm de uma pessoa que nunca se pôs a falar sozinha. A companhia de uma cadela chamada *Filó* ajudou Gabriel a manter-se reservado durante alguns anos. Mas agora a solidão é outra vez absoluta e, pela primeira vez desde que se mudou para a sua casa isolada com vista para o mar, Gabriel não se sente confortável.

Já leu, já viu televisão, já bebeu *whisky* e comeu chocolate. Não pode ir passear porque se levantou vento e começou a chover e a noite arrefeceu ainda mais. Não lhe apetece ir a um café ou a um bar e não só teria de fazer doze quilómetros para ir até à cidade como não gosta de o fazer sozinho. Não tem ninguém a quem telefonar, à exceção de Maria João. E não lhe apetece ir à procura de companhia na internet, tentação a que já pensou ceder. Apesar de tudo, ainda se sente capaz de controlar a sua vida.

Por isso, quando regressa ao computador à falta de melhor distração, obriga-se a pensar em cães.

Um cão pode realmente ser a melhor companhia que pode encontrar. Um cão nunca lhe arranjará maças como uma mulher

o pode fazer e o afeto que um cão pode ter por um ser humano, como pôde verificar com a *Filó*, é praticamente incondicional.

Raças, características, apontamentos de vida (e de morte), ofertas para adoção — é um mundo complexo, aquele em que mergulha. Com *Filó* fora muito mais simples: aparecera-lhe ao portão. Como se tivesse sido ela a escolhê-lo. Pode voltar a acontecer. Mas talvez deva ser ele a tomar a iniciativa, desta vez.

O aviso de chegada de um e-mail distrai-o. E o facto de ser proveniente de Filomena Coutinho, e com dois *attachments*, ainda o distrai mais. Há algum tempo que não mantém qualquer contacto com ela. Mas não lhe tem faltado vontade de o fazer.

Queres ver? — São as duas únicas palavras da mensagem de Filomena. Os *attachments* são dois documentos em PDF.

O primeiro é a reprodução da primeira página do *Notícias da Manhã* do dia seguinte, com a sua grande manchete bem legível: *Filha do líder comunista servida aos bocados*. A frase é simples mas traz consigo uma violência quase ofensiva. Gabriel abana a cabeça, a pensar de quem teria sido a ideia — de algum chefe ou diretor ou de Filomena? A jornalista costumava ser mais contida. O título da página interior onde se encontra a notícia adianta outras informações: *Braços e cabeça da desaparecida associados a morte de agentes da PSP*.

Na notícia, assinada por Filomena, há uma declaração de Júlio Lemos a dizer-se «chocado» por não ter ainda nenhuma informação sobre o assunto, depois de já terem passado cinco meses sobre o desaparecimento da filha. «Lamento que as autoridades não tenham sido capazes de perceber que a nossa filha foi assassinada», diz o dirigente comunista. *Foi assassinada quando?*, interroga-se Gabriel. Há cinco meses ou agora? A notícia nada diz sobre o estado dos braços e da cabeça da jovem desaparecida.

Os pormenores vêm logo a seguir: *A cabeça de Catarina Lemos apareceu ontem de manhã na Rua do Ouro, depois de os dois braços terem aparecido na estátua de Eça de Queirós no Chiado e num prédio devoluto numa rua vizinha*. Uma fonte não identificada,

citada pela jornalista, garante que *o primeiro braço foi encontrado junto de quatro cadáveres do sexo masculino, três deles agentes da PSP e o quarto pertencente à GNR, mortos em circunstâncias de grande violência*. O subtítulo (*Tragédia na Rua das Flores*) faz Gabriel recordar-se de tudo o que lhe dissera Patrícia. E o parágrafo final tira-lhe o sono: *A inspetora-coordenadora Patrícia Ponte, que lidera as investigações, não quis prestar declarações*. Portanto, será que a morte de Jorge Orta e dos seus camaradas tem alguma coisa a ver com o desaparecimento da rapariga? Patrícia tinha omitido esse aspeto.

— Porque é que me mandas isto? — interroga-se Gabriel. Mas não o escreve. Não o pergunta a Filomena. Patrícia agira mal com ele, mas essa é uma questão pessoal. Também poderá ter tratado mal a jornalista, já que teve direito a uma referência tão acintosa na notícia. Filomena, por atenção para com ele, poderia tê-la poupado. De qualquer modo, se a ideia de Filomena é envolvê-lo, Gabriel não lhe dará saída. Apesar de sentir a curiosidade a aumentar, relativamente à morte de Jorge Orta. Por isso nem lhe responde ao e-mail. E depois desliga o computador. Nem cães, nem Filomena — nada de tentações.

04

(SÁBADO)

«Eu sou o Rei do Inferno! Eu sou o Diabo!»

Marco

Patrícia atrasa-se. Com o marido, a filha dele e os filhos ainda a dormirem, move-se mais lentamente em casa, a tentar não fazer barulho para não os acordar, sem vontade de ir para a reunião a três. É sábado, quer é descansar. Mas não pode.

Ficou a pensar nos comentários de Nicolau e ainda lhe apetece menos ir ao encontro com o secretário-geral do PCP para poder ser apresentada como o futuro bode expiatório. Mas a reunião será decerto útil.

Patrícia precisa de lhe fazer perguntas e de lhe pedir informações sobre os hábitos da filha e sobre as pessoas com quem se dava. Este primeiro encontro será vantajoso para poder limar arestas, se elas existirem. Quer também falar com a mãe de Catarina e ir a casa deles. Porque o que a PJ vai fazer a partir de agora, para começar, não será muito diferente do que já fora feito depois do desaparecimento: interrogar familiares e amigos. Embora, cinco meses depois, as coisas se tornem mais difíceis de recordar... salvo para quem matou a jovem Catarina.

Patrícia ainda começa por vestir uma indumentária mais desportiva.

É sábado, há de regressar para junto da família para fazer de conta que vai passar um fim de semana normal com o marido e os filhos. Mas o sábado e o domingo nunca serão normais porque sabe que não terá cabeça senão para pensar no trabalho que a espera e que só conseguirá olhar para os filhos como potenciais vítimas de todos os homicidas maníacos que vivem incógnitos por todo o lado. O facto de ser polícia não lhe garante a segurança dos seus filhos e Patrícia detesta a sensação que isso lhe provoca.

Com um gesto de impaciência, despe-se e opta pelo vestuário que a caracteriza: calças, ou saia, de fazenda, uma camisa de cor clara, uma camisola colorida e um casaco apropriado ao frio matinal de novembro. Depois fecha precipitadamente as gavetas e o armário.

Nicolau volta-se, na cama, e abre um olho.

— Eu volto antes da hora do almoço — diz Patrícia, evitando olhar para a cama, onde lhe apetece ir meter-se.



Quando Patrícia chega, o secretário-geral do PCP já se encontra no gabinete do juiz Carlos Homem.

Júlio Lemos é um homem magro e de estatura mediana, de nariz adunco e cabelo preto revoltado que lhe rodeia o rosto e a cabeça como uma auréola. Patrícia lembra-se de já o ter visto com óculos mas ultimamente aparece sem eles e os olhos azuis notam-se melhor na televisão. São o que o caracteriza, juntamente com a voz quase metálica com que discursa e faz as suas proclamações.

O diretor optou por um vestuário mais informal, com um *blazer* e uma camisa sem gravata, e Júlio Lemos tem um blusão de cabedal quase preto e uma gravata preta sobre uma camisa branca. Ficam ambos a olhar para a recém-chegada, que o diretor apresenta como «a nossa investigadora mais indicada para

descobrir o que aconteceu à sua filha e encontrar o culpado», declarando depois a Patrícia:

— Já transmiti ao doutor Júlio Lemos as informações mais recentes que temos e apresentei-lhe as nossas condolências — declara, deitando olhares de relance ao visitante. — São também extensivas à esposa, claro. Estas situações são horróveis.

Patrícia acena afirmativamente com a cabeça. Tem de afirmar a sua autoridade e espera que o facto de Júlio Lemos ser advogado, e ter exercido até há pouco tempo, a dispense de certos pormenores processuais.

— A constatação de que houve um homicídio e não um simples desaparecimento, que até podia ter sido voluntário, obrigam a uma nova série de diligências — começa, fitando o pai da morta. — Os nossos colegas que se ocuparam do desaparecimento da Catarina já recolheram elementos importantes. Mas eu vou precisar de repetir algumas diligências, de falar com pessoas que a conheciam, de ver o quarto dela, de falar com a sua esposa. A Catarina era filha única?

A expressão de Júlio Lemos torna-se ainda mais sombria. Responde afirmativamente com um aceno de cabeça.

— E há a questão do reconhecimento do corpo ou... — Patrícia cala-se e cora. Ia dizer «ou do que resta do corpo». Mas o reconhecimento até pode circunscrever-se à cabeça.

— Eu próprio acompanharei o doutor Júlio Lemos nessa tarefa — diz o diretor.

O secretário-geral do PCP faz um gesto de impaciência e olha para a inspetora.

— Amanhã... — começa, mas depois cala-se e fecha os olhos, como se consultasse uma agenda que só ele pode ver. Abre os olhos e fita Patrícia. — Amanhã de manhã tenho uma reunião, mas vou atrasá-la. Eu sei que é domingo mas não podemos perder tempo, não é? Pode vir às nove horas a nossa casa. A morada consta do processo, com certeza não precisa que eu lha indique. De acordo? — E olha para o diretor.

— Com certeza — apressa-se a responder Carlos Homem. — A senhora inspetora irá a vossa casa amanhã, como sugere.

Patrícia empalidece mas controla-se. *Cinco meses depois... tanta pressa?!*, interroga-se.

— E seria preferível que não houvesse mais surpresas por parte da comunicação social, já agora — torna Júlio Lemos.

Patrícia suspira. Era inevitável. A descoberta da cabeça é um acontecimento público e a culpa é deles?

— Houve alguma desatenção da parte do nosso pessoal — apressa-se a dizer o diretor, sem olhar para Patrícia. — Não voltará a saber pormenores da investigação pelos jornais. A nossa inspetora Patrícia Ponte é a melhor garantia de que tudo correrá bem. Agradeço-lhe ter vindo cá.

Júlio Lemos levanta-se, num movimento brusco. E Patrícia vê-lhe o olhar gélido. Terá esgotado o seu desgosto pela ausência da filha ou nunca o terá sentido?

2

José Carvalheiro, o advogado, é um homem alto e seco que tanto pode ter quarenta como sessenta anos. Veste um fato escuro e uma gravata azul em dois tons sobre uma camisa branca. Traz uma pasta de cabedal de aparência nova e entrega um cartão de visita a Maria João. O escritório de advogados que representa tem o seu próprio nome: Carvalheiro & Associados. A postura é a de um agente funerário.

Correspondendo ao convite de Maria João, senta-se na beira do sofá, tira da pasta de cabedal um envelope A4 branco e pousa-o na mesa pequena.

— Lamentamos muito a sua perda, e a da sua filha — declara, com uma expressão em que não se lê um único sentimento. — Nada paga o desgosto mas uma perda assim pode gerar dificuldades materiais que precisarão de ser mitigadas. E o mínimo que podemos fazer é tentar ajudar a família enlutada a enfrentá-las.

Maria João acena afirmativamente com a cabeça. Não sabe o que há de dizer.

A situação tem sido um fator de revolta mas também de desânimo, sobretudo devido ao ambiente de mistério que rodeia a morte do marido. Da parte das autoridades, a PJ ainda só a contactou por telefone e a conversa que teve com Patrícia Ponte foi quase impessoal. As palavras do advogado parecem-lhe agora reconfortantes. E verdadeiras: pode haver realmente problemas financeiros e Maria João ainda nem conseguiu pensar nos passos que tem de dar.

— O que aqui lhe trago tem essa intenção, e essa intenção apenas — prossegue o advogado, extraindo um cheque do envelope e pousando-o na mesa.

Maria João fica a olhar para o pequeno papel e para o valor nele inscrito. O cheque tem o nome dela e a quantia de 60 mil euros. Olha para o visitante e para os seus olhos claros, com uma expressão de dúvida

O advogado tira do envelope algumas folhas A4, impressas: quatro páginas, em dois conjuntos de duas páginas. Tira uma esferográfica metalizada de um bolso do casaco e estende-a a Maria João.

— Peço-lhe que assine este documento — diz. — Precisamos dele como recibo do cheque.

Maria João pega num dos conjuntos de páginas. Começa a ler. Gostava de ter alguém a quem pedir opinião. De repente para e olha para o advogado.

— Isto é... *confidencial*? — pergunta. — É o que está aqui escrito.

— Sim, é um contrato entre a senhora e nós, como representantes do nosso cliente — responde José Carvalheiro, com a mesma expressão impassível. — As duas partes comprometem-se a não divulgar este acordo. É um simples mecanismo formal, que a protege a si e a nós de quem quiser explorar esta situação. Pela sua parte, isso implica não apresentar nenhuma queixa

nem nenhum outro pedido de indemnização pelo que aconteceu, sendo independente do processo de investigação que possa estar a decorrer.

Maria João volta a olhar para o cheque e depois para as duas páginas impressas. E a seguir para o seu interlocutor.

— Mas eu quero que quem o matou seja castigado — afirma, pousando a caneta na mesa.

— É natural e isso será decidido pelas autoridades. Mas esta proposta de acordo não o impede. Só serve para lhe garantir a indemnização pela perda do seu marido. Ao assinar, declarando o seu acordo, a senhora indica apenas que não pedirá mais nenhuma indemnização a ninguém. Nada impedirá que a receba.

— E este dinheiro... vem de onde?

— O nosso cliente quer manter-se anónimo. O cheque é de uma das nossas contas, em representação do nosso cliente, e tem provisão. — O advogado faz um sorriso compreensivo. — Somos nós os seus interlocutores, nesta matéria.

Maria João olha para o nome que consta no cheque: Carvalheiro & Associados.

— Já falámos com as famílias dos colegas do seu marido, que também já receberam os seus cheques — acrescenta o advogado. — Pensamos que é o momento oportuno para o fazer, já que, no seu caso, o funeral é amanhã.

Maria João respira fundo e olha para o seu interlocutor.

— Posso dizer-lhe que todas as pessoas manifestaram as mesmas dúvidas que a senhora manifestou — continua José Carvalheiro.

— Quer que assine já? — pergunta.

— Tem de ser, para lhe poder deixar o cheque.

Maria João assina junto ao seu nome na zona das assinaturas das duas cópias e depois, a pedido do advogado, rubrica as primeiras páginas.

O visitante recolhe os documentos e volta a metê-los no envelope.

— Temos de pôr o selo e depois enviamos-lhe a sua cópia — afirma, metendo o envelope na pasta. Levanta-se e estende a mão à viúva.

Maria João aperta-a, molemente, a olhar para o cheque que ficou em cima da mesa e para a pasta onde se encontram agora os papéis que assinou e que já vai na mão do homem, a caminho da porta.

3

O Magistrado assenta o pé em cima de um dos assentos e baixa-se, para apertar o sapato. Alisa o bigode e depois olha para o Pretor, com um aceno de cabeça, e para Marco, que aguarda em silêncio.

— Muito bem, camaradas. Está tudo a postos — declara. — Vai ser um bom ensaio para a próxima semana. Camarada Marco, estamos em boa forma?

O culturista acena afirmativamente com a cabeça.

O anfiteatro foi limpo e a mistura de areia e de terra que cobre o chão foi humedecida para ficar mais firme. As bancadas de pedra foram também meticulosamente limpas e os assentos de lona e espuma ficaram bem distribuídos. As túnicas já foram dispostas em pequenos montes. Ao longe parecem ouvir-se rugidos abafados. Ou gemidos. Mas podem ser os ruídos dos carros que passam na rua por cima deles.

O Magistrado atravessa a arena e detém-se junto da caixa de madeira.

— Às armas, camarada Marco! — comanda, com um sorriso.

Marco baixa-se e abre os fechos de ferro da caixa, levantando a tampa.

— Limpei tudo — afirma, com orgulho.

— Até parece que brilham! — exclama o Magistrado, examinando o conteúdo da caixa: cinco facas de formatos diversos, três espadas curtas, dois machados de cabo pequeno, uma maça de armas. Tudo de ferro negro, quase não se distinguindo as réplicas dos originais.

— Já escolheu a máscara, Marco? — pergunta o Pretor.

Marco tira do bolso uma carantonha avermelhada, de borracha muito realista com uma calva que parece ter borbulhas ou crostas escuras, uma boca de pequenos dentes aguçados e protuberâncias pouco acima da testa. Enfia-a na cabeça, cobrindo por completo o rosto, e encara os dois homens.

— O que acham? — pergunta, numa voz agora abafada pela borracha da máscara.

— Camarada Marco, parece mesmo o Diabo em figura de gente! — exclama o Magistrado. Dá-lhe uma palmada no ombro e, com um aceno de cabeça para o Pretor, dirige-se para uma das portas de ferro. O Pretor segue-o.

Um corredor largo leva-os à sala de onde podem ver o espaço do anfiteatro por uma janela interior.

O Magistrado pega numa folha impressa que deixara na bancada.

— Tens aqui os elementos das transferências bancárias — diz, entregando o papel dobrado ao Pretor.

— A receita é menor do que esperava.

— Mas temos melhores perspectivas para a próxima semana. — O Magistrado olha para ele com ar pensativo. — Penso que chegou o momento, camarada. Vamos finalmente avançar, permitir aos clientes que participem. E criamos o ambiente para uma festa mais privada depois do espetáculo.

O Pretor faz um trejeito de dúvida.

— Já correu mal. Pode correr mal outra vez.

— Não. Estamos cada vez mais protegidos. E esta sessão é essencial. A maioria das pessoas vem de agências de viagens. Sabes que já falei com o nosso camarada do Patriarcado? Poderemos vir a utilizar a igreja. E introduzi aqui alguns melhoramentos. — O Magistrado pega numa pequena consola sem fios e aponta pela janela para o anfiteatro, ao mesmo tempo que prime um botão. Os quatro holofotes acendem-se de repente.

A claridade que invade o imenso espaço subterrâneo parece agora a luz do dia.

— Agora já ninguém que esteja ali no meio conseguirá distinguir as feições dos nossos clientes. Mas quem estiver nas bancadas verá com todo o pormenor o que se passa na arena.

O Magistrado roda um botão e as luzes dos holofotes atenuam-se e ganham uma tonalidade arroxeadada. E depois roda outro e de vários pontos do solo erguem-se nuvens de vapor que tornam o ambiente mais difuso.

— Não é melhor assim? — pergunta, em seguida. — Mas há mais. — Prime duas teclas no computador e começa a ouvir-se música, numa cadência suave que vai aumentando de intensidade.

O Pretor solta uma gargalhada, abanando a cabeça.

— O *Bolero*, de Ravel?! — exclama. — Não é nada subtil!

— Quando chegarmos a este ponto, já ninguém está interessado em subtilezas.

4

Patrícia desvia o olhar dos miúdos, que montados nas suas bicicletas parecem andar só em círculos pelo parque, e volta-se para Nicolau. E o marido olha para ela, arqueando as sobrancelhas, tentando estimulá-la a dizer o que pensa. Ao chegar a casa, enquanto tentava mentalmente planear o seu trabalho, Patrícia esforçou-se por dissimular o aborrecimento que sentia. Mas não parece ter sido bem-sucedida.

«Ponha o seu pessoal a trabalhar neste caso e com toda a urgência», dissera-lhe o juiz Carlos Homem depois de o secretário-geral do PCP ter saído. «Continuo a pensar que é fundamental investigar também o outro caso, e ao mesmo tempo», replicara Patrícia, numa última tentativa de fazer valer o seu ponto de vista. «Mas se os dois casos estão ligados, a resolução de um levará à resolução de outro, não é verdade?», argumentara

o diretor, secamente. E a inspetora calara-se, sentindo-se encurralada. E ainda se sente.

O dia frio esvaziou a esplanada junto ao parque e os filhos podem agora andar de bicicleta à vontade. Perseguem-se, animadamente. Os dois filhos que teve de Gabriel dão-se muito bem com a filha de Nicolau e agora fingem que a perseguem, provocando-lhe gritos deliciosos. Nicolau olha para ela de vez em quando.

Patrícia repara nas atenções do marido mas não se sente à vontade. Talvez tenha sido um erro regressar para junto da família, quando as suas capacidades de raciocínio parecem estar todas concentradas nos dossiês e na investigação. Não consegue deixar de pensar na visita a casa de Júlio Lemos na manhã seguinte. Nem nas diligências que vai pôr os inspetores a fazer na segunda-feira. E terão de ir para o Chiado, o mais rapidamente que for possível. E só à procura de pistas sobre Catarina Lemos? Até estremece, de tão irritada que se sente.

— Já pensaste em trabalhar no setor privado? — pergunta-lhe Nicolau, em voz baixa. — Uma pessoa com a tua experiência podia fazer um bom trabalho. Criar uma empresa de segurança, por exemplo. Não era má ideia, pois não?

— Não sei — acaba por responder Patrícia, com sinceridade absoluta.

5

Gabriel olha para a identificação da chamada no visor do telemóvel: «Jorge O. — Casa». Deixara-se ficar sentado na varanda, a tentar aproveitar os últimos raios de sol, embrulhado numa manta, numa modorra confortável, o livro que acabara de ler caído no chão. Podia ser outro dia, ou outro ano, e ser mesmo Jorge Orta a telefonar-lhe. Para confirmar mais um jantar em que falariam de comida e de vinhos e depois da família e, invariavelmente, dos mexericos e dos rumores das respetivas polícias.

Mas não é, claro. Atende, contrariado, sem saber o que dizer, com um «Estou?» hesitante.

— Sou eu, a Maria João, como está?

Gabriel fecha os olhos e pigarreja. Tenta encontrar uma voz mais simpática para lhe responder mas Maria João acrescenta de imediato, como se lhe tivesse percebido a falta de vontade de falar:

— Desculpe estar a telefonar-lhe. Não quero incomodar...

— Diga, diga... Não há problema. — atalha Gabriel, endireitando-se. Talvez esteja a desabituar-se de falar. Já nem tem um cão com quem possa conversar.

— É sobre a visita do advogado. Queria contar-lhe.

Gabriel recorda-se e diz que sim, claro. Maria João faz-lhe um relato pormenorizado da visita e conclui:

— Ele deixou-me um cheque de 60 mil euros. Tive de assinar um documento. Depois fiquei a pensar se devia tê-lo assinado. Mas agora já está...

— O documento era um recibo? — pergunta Gabriel. — Faz parte das regras...

— Não era só isso. Falava em confidencialidade. Para eu não dizer a ninguém que tinha recebido o dinheiro. E para eu não fazer mais nenhum pedido de indemnização.

Gabriel hesita. Não é invulgar.

— O advogado... representava quem? — pergunta. Se a indemnização é para compensar a perda, há de ser da entidade que contratara Jorge para o serviço em que ele morreu. A informação pode ajudar a descobrir o que se passou.

— Não sei — responde Maria João. — Ele não quis dizer. Só disse que não podia identificar o cliente. O nome do advogado é José Carvalheiro. De uma empresa chamada Carvalheiro & Associados. Mas isto se calhar não é nada de importante. E eu vim incomodá-lo sem necessidade...

— Não, não incomoda. — Gabriel pensa no nome. José Carvalheiro. Não lhe diz nada, nunca se cruzou com alguém que representasse esse escritório de advogados. — Mas sobre

a confidencialidade... O que assinou não a impede de falar com as autoridades que estão a investigar o caso e a tentar descobrir o que aconteceu.

— Com a inspetora Patrícia?

— Sim, ou com qualquer outra pessoa. O que é que diz no papel que assinou?

— Ele levou-o, disse que precisava de um selo — responde Maria João. — Mas lembro-me que dizia que eu prescindia de qualquer... queixa ou algo parecido, sobre a morte do Jorge. Acho que é isso.

Ou seja, pensa Gabriel, Maria João Orta comprometeu-se a nunca apresentar uma queixa particular ou um pedido de indemnização contra... Quem? A PSP, por exemplo, se fosse essa a entidade representada? Alguém que quisesse silenciar tudo? Mas a indemnização não evita nem condiciona a investigação da PJ. Só, talvez, as declarações dos familiares indemnizados.

— As outras pessoas, as famílias dos colegas do Jorge, também receberam a indemnização?

— Ele disse-me que sim.

Gabriel fica em silêncio, sem saber bem o que dizer.

— Gabriel...

— Estou aqui, estou aqui, desculpe.

— Acha que fiz bem, Gabriel? Ao aceitar o cheque?

— Sim, claro — responde Gabriel. Se for apenas considerado o interesse dela e da filha, Maria João fez bem.

— Vem ao funeral? — pergunta a viúva.

— Claro, claro — responde Gabriel. Será uma boa oportunidade para falar com Patrícia.

6

O cheiro é o primeiro indício. Percorre os túneis, espalha-se por todos os recantos, cola-se às paredes. É quente e vem com uma neblina que se vai dissipando.

Depois é o som. Um zumbido suave, quase tímido, que depois cresce e se desmultiplica em vozes diferentes, antes de se ouvir a música.

A escuridão transforma-se em penumbra e os ruídos rastejantes tornam-se frenéticos, agitados pelo medo, numa mistura de pés, pernas e patas.

Mas ele fica imóvel. Os sons, os cheiros, a neblina e o fumo despertaram-no e arrancaram-no à modorra do seu reino. Mas não lhe causam medo. Provocam-lhe é uma enorme curiosidade e uma sensação perturbante de intrusão.

Transformado numa sombra que parece imaterial, sem vacilar e num passo cada vez mais firme, desprezando as entradas e os desvios, percorre os caminhos que considera como seus, sentindo os cheiros cada vez mais fortes e mais definidos, antes mesmo de os sons se tornarem mais nítidos. Pessoas vindas da superfície e pessoas que têm estado nos subterrâneos — os cheiros dos vários seres parecem misturar-se, fundindo-se numa única nuvem de cheiros e de sons, unindo mundos que devem manter-se separados

A abertura que tapou com pedras é impercetível para quem está no outro lado. E é por aí que a sombra espreita com o seu único olho, deixando por instantes que a excitação do espetáculo se sobreponha à sensação de ultraje provocada pela invasão dos seus domínios.

Já há três pessoas na velha arena: três figuras humanas cobertas de panos compridos de cores claras que empunham instrumentos de agressão e que têm rostos estranhos. Ou, já as distingue melhor, máscaras. E uma delas é vermelha e vê-se bem ao longe. A multidão sentada nas bancadas grita-lhes, a música sobe de tom e a neblina alastra, iluminada por feixes de luz arroxeadas.

Uma figura vestida de branco ergue-se numa das bancadas e o som da sua voz parece cavalgar a neblina. A sombra não lhe percebe as palavras mas compreende-lhes o sentido: a exaltação

guerreira, a exigência da vitória, a condenação dos fracos, a promessa do êxtase.

E depois começa o combate.

Um segundo homem vestido de branco abre as portas de ferro situadas em duas das extremidades da arena e deixa sair as figuras andrajosas que estavam presas. Uma avança ainda direitas, outras aos tropeções. Os três vultos mascarados vão buscá-las e arrastam-nas para a arena. Há quem grite, há quem procure escapar-se, há quem se vire contra eles, apanhando do chão paus ou canos.

A sombra estremece. Recordar-se da sua outra vida — dos combates de desfecho incerto, do sangue a saltar dos corpos, da mistura de suores, dos gritos de raiva e de dor. Só lhe falta o cheiro da pólvora, o calor das explosões e a ameaça das chamas.

No fim, a figura com a cabeça vermelha ergue os braços, com um machado comprido e uma faca nas mãos, de onde caem salpicos de sangue para a túnica branca, aplaudida pelos homens e pelas mulheres que descem das bancadas e que avançam por entre os corpos caídos, numa sofreguidão que perturba o próprio espetador.

— Viva o Diabo! Viva o triunfador! — exclama a voz do homem vestido de branco que saudara os combatentes. A música desce de tom, por instantes. — Viva o Rei do Inferno! Saúdem-no! Prestem-lhe vassalagem!

A música volta a ouvir-se, agora ao som de tambores. A neblina torna-se mais intensa e pesada e dissimula os corpos e os seus movimentos.

A sombra agita-se e rosna. O seu único olho crava-se na figura da máscara vermelha que, parada no meio da arena, parece agora voltar-se lentamente para ele, como se o visse, para o desafiar, para o convidar a vir defender o reino que conquistou na arena, gritando também, enfrenesiado:

— Eu sou o Rei do Inferno! Eu sou o Diabo!

A sombra recua — presa num conflito de vontades, os dedos da mão esquerda brancos de fúria a apertarem a faca com mais força — e mergulha na escuridão dos túneis.

Morte NA ARENA

**«Fazem falta em Portugal policiais do estilo
dos criados por Pedro Garcia Rosado.»**

Quatro homens são encontrados mortos num prédio devoluto, ao lado de um braço decepado. Poucos dias depois, outras partes do mesmo corpo começam a surgir espalhadas por Lisboa. Pertencem ao cadáver de uma jovem de dezasseis anos, filha de um dirigente político, que desapareceu meses antes.

A proximidade de Gabriel Ponte a uma das vítimas leva-o a envolver-se na investigação de ambos os casos, que estão sob a jurisdição da PJ e da sua ex-mulher, Patrícia Ponte. A eles junta-se a jornalista Filomena Coutinho, e os três acabam por descobrir um inferno escondido nos túneis subterrâneos de Lisboa. Numa arena criada à semelhança do circo romano, combatentes altamente treinados lutam corpo a corpo e massacram homens e mulheres inocentes, numa imitação dos combates de gladiadores da Roma Antiga, orquestrada por dois homens de leis.

Morte na Arena é o mais recente *thriller* de Pedro Garcia Rosado, que com *Morte com Vista para o Mar* deu início a uma nova série policial, dedicada às investigações de Gabriel Ponte nos submundos do crime.

**Uma coleção policial solidamente
ancorada na realidade nacional.**

A publicar brevemente:

Morte NAS TREVAS



Espreite o
vídeo deste
livro no
ecrã de um
telemóvel.



TOPSELLER
livros que se devoram

20|20 editora

Classificação: Ficção / Policial

ISBN 978-989-8626-18-9



9 789898 626189

www.topseller.pt